

01
6L.203/94

Este Ace possui 32 (trinta e duas) folhas. SECIN

02/53

C O N F I D E N C I A L

FICHA DE TRAMITACAO DE DOCUMENTOS - FTD

NRE: 01307/93 19 MAR 93 TRAMITACAO: NORMAL DTC:

IDENTIFICACAO: W/FS1/00027/100/B3F/180393

DISTRIBUICAO INICIAL

ORIGINAL: CO-5 COPIAS:

ENCAMINHAMENTOS

1.	2.	3.	4.	5.	6.
ORD	DATA	DE	PARA	DESPACHO	
01.	19 03 93	CO5	G52		
02.	22 MAR 93	G52	ST-523.		
03.	23 MAR 93	523	120LOA	un plantar	
04.					
05.					
06.					
07.					
08.					
09.					
10.					

PROVIDENCIAS ADOTADAS

ORD	DATA	FRACAO	PROVIDENCIAS
01.			
02.			
03.			
04.			
05.			

OBSERVACOES

01.	
02.	

C O N F I D E N C I A L

1302

PUBLICAÇÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO (T-POR), NO CEARÁ.

Em 07 MAR 93, por ocasião do VI CONGRESSO ESTADUAL DA MULHER CEARENSE promovido pela UNIÃO DAS MULHERES CEARENSES - UMC (entidade de frente do clandestino PARTIDO DA REVOLUÇÃO OPERÁRIA - PRO/CE), militantes do PRO venderam exemplares do "Jornal MASSAS", órgão informativo da Tendência pelo PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO (T-POR) e distribuíram panfletos da citada tendência trotskista (Z7:A).

Nas referidas publicações a T-POR tece críticas à política de privatização do Governo Federal por entender que a estratégia neoliberal do Governo ITAMAR FRANCO segue as mesmas imposições do FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). Induz que a suspensão imediata da dívida externa retiraria o País da "crise de desemprego, da miséria e da opressão imperialista".

No manifesto do III Congresso do POR, os militantes ratificaram a necessidade da construção de um partido que tenha por essência "o objetivo estratégico da tomada do poder pela revolta e insurreição da minoria oprimida".

Quanto à avaliação da Conjuntura Nacional, o documento critica a postura do PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT) e do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B) que, além de "assumirem a bandeira revisionista do marxismo", mantêm aliança política com o Governo ITAMAR ("de linha antipopular") com a finalidade de obter dividendos político-eleitoreiros.

Entende, ainda, que no BRASIL existem três agrupamentos de esquerda: "o reformismo social democrata; o stalinismo e o trotskismo".

Z1: B1C

O reformismo social democrata "representado pelo PT e PCB" coloca-se abertamente contra a revolução violenta. O stalinismo, representado pelo "PC do B" baseia-se na revolução por etapas e acaba por se arrastar detrás da burguesia, negando de fato a tarefa da revolução proletária.

O trotskismo tem por essência o princípio da revolução permanente e da ditadura proletária. Há várias correntes "que se dizem trotskistas", porém acabam por negá-la ao não desenvolver a orientação marxista da revolução permanente. A título de exemplo cita a "CONVERGÊNCIA SOCIALISTA, CAUSA OPERÁRIA e O TRABALHO" que defendem o programa do PT.

Por fim, o documento conclama os trabalhadores' a anularem o voto ou se absterem por ocasião do plebiscito, previsto para 21 ABR 93.

No CEARÁ, a T-POR não dispõe de quadros organizados e os trabalhos de divulgação da facção vêm sendo realizados por adeptos do PRO/CE que dirigem a "SEM FRONTEIRAS" LIVRARIA E PAPELARIA LTDA, estabelecida à Av. Tristão Gonçalves nº 358 - Centro - FORTALEZA/CE (Z7:B).

Ressalte-se que, quanto ao plebiscito, os militantes do PRO/CE defendem a proposta de emenda constitucional "DEMOCRACIA DIRETA" que seria um sistema alternativo de governo ao presidencialismo e ao parlamentarismo. O projeto tem como expoente a Dep Fed PSB/CE MARIA LUIZA FONTENELE, que integra, legalmente, o PSB/CE.

* * *

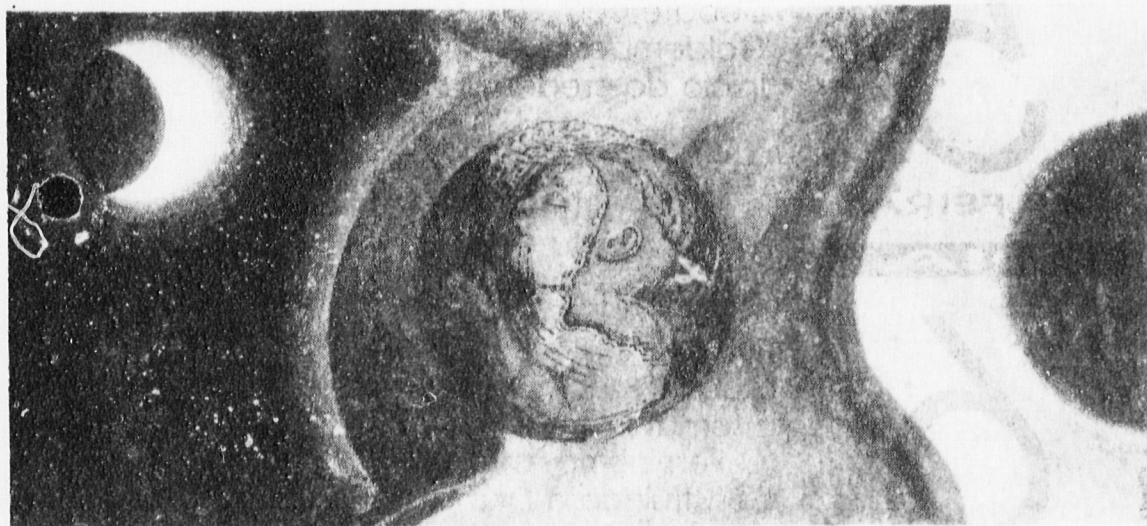
Z3: B3F

Z7: A) Publicações do T-POR

B) Contrato Social da Livraria e Papelaria "SEM FRONTEIRAS"

WJSCMSTUDSN7FTRCWNFTV9LT8ARKPQCD=RC/HZ:

VI CONGRESSO ESTADUAL DA MULHER CEARENSE.



**Feminismo, Poder
e Terceiro Milênio**
Construindo a Democracia Direta
UECE Itaperí

**5, 6 e 7 de
março
93**

Promoção:



União das Mulheres Cearenses

APOIO:

3ª AL
PREFEITURA



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ



PREFEITURA DE ALDEIA NOVA

bab

BANCO DE ALIMENTOS
DO BRASIL S.A.



PROGRAMAÇÃO

06/53

07/53

DIA

5

6ª FEIRA

DIA

6

SÁBADO

19:00

- Abertura e lançamento do livro "A Revolução das Mulheres" Edt. Revan. Debate com a autora Miriam Goldemberg.
- Início do credenciamento

8:00

- Leitura e aprovação do Regimento Interno

9:00

- Exposição com mesa redonda e debate com o tema: "O Feminismo, o Poder e o 3º Milênio Construindo a Democracia Direta" com a participação de Miriam Goldemberg, a Vereadora Rosa Fonseca e a Deputada Maria Luiza Fontenelle

11:00

- Plenária

12:00

- Intervalo para almoço

14:00

- Oficinas com os seguintes temas:
 - Cuidemos uns dos outros - sexo mais seguro (AIDS) - Ismenia Mª H. Oliveira e GAPA
 - Violência-nossa-de-cada-dia
 - A Ética da Não Maternidade. Aborto em questão.
 - As Relações entre mulheres: Amizade, Paixão, Amor... - Nilze Costa e Silva - Comissão Nacional das Trabalhadoras da Previdência e João Vicente - Psicólogo.

- Quando não ter filho é opção

(Contraceptivos) - Cristina Mara e Joelzira Mara - Enfermeiras.

- Mão de Obra Feminina - Quem dá menos?
- Aprenderido com a Natureza: Alimentação Alternativa. - Ir. Odila de Nadal
- Esterilização - Solução ou mutilação Solange Dacache - Antropóloga RJ.
- Drogas - Esse Assunto nos Interessa - Dra. Ana Margarida - Coordenadora Estadual de Combate ao Fumo e Socorro Maia - Presidenta da Fundação Cearense de Combate às Drogas

19:00

- Apresentação artística e cultural.

8:00

- Debate: O Feminismo e a Sexualidade Humana

11:00

- Plenária e aprovação de propostas

12:00

- Intervalo para almoço

14:00

- Plenária Geral de Encerramento: Apresentação de moções
Apresentação de Chapas que concorrerão a Eleição Direta para diretoria da entidade.

17:00

- Confraternização e comemoração do dia 8 de março - Dia Internacional da Mulher.

DIA

7

DOMINGO

58153

DIA 8 DE MARÇO

**DIA
INTERNACIONAL
DA
MULHER**

**ATO-SHOW NA PRAÇA
JOSÉ DE ALENCAR
ÀS 17:00hs.**

PARTICIPE!

Promoção:
União das Mulheres
Cearenses-UMC

Endereço para informação:
Av. Tristão Gonçalves, 358 -
Centro - Cep 60.015
Fone: 221.6621 - Fort. Ceará

08/53

DIA 8 DE MARÇO

**DIA
INTERNACIONAL
DA
MULHER**

**ATO-SHOW NA PRAÇA
JOSÉ DE ALENCAR
ÀS 17:00hs.**

PARTICIPE!

Promoção:
**União das Mulheres
Cearenses-UMC**

Endereço para informação:
Av. Tristão Gonçalves, 358 -
Centro - Cep 60.015
Fone: 221.6621 - Fort. Ceará

Boletim do Comitê Contra a Opressão Social e a Perseguição Política

Nº 01 - Janeiro de 1993

Reuniões todas as quartas-feiras, na Câmara Municipal de Diadema

EDITORIAL

O Comitê Permanente Contra a Opressão Social e a Perseguição política decidiu por lançar este boletim, elaborado por componentes de posições políticas bastante distintas, com o objetivo de levar aos trabalhadores as principais denúncias da situação, bem como os diferentes pontos de vista sobre elas.

Justamente por se tratar de um Comitê, que reúne tendências políticas e sociais voltadas a fazer campanhas contra a repressão do Estado burguês sobre as massas, é que não poderia ser homogêneo em suas colocações. Os textos assinados são de inteira responsabilidade dos autores. Isto não quer dizer que não se realize as discussões críticas sobre eles, com o objetivo de modificar as caracterizações políticas incorretas, seja enquanto fato concreto ou concepção.

Um exemplo bastante discutido no Comitê foi o da colocação, no artigo sobre a questão carcerária, em que se afirma que até os "países civilizados" deram um puxão de orelha no Brasil devido ao massacre da Casa de Detenção. A crítica feita foi de que tais países ditos civilizados, como os Estados Unidos, massacram os trabalhadores do mundo inteiro, espoliam as nações mais débeis, provocam a fome e com ela o crescimento da marginalidade. Exercem o papel imperialista nas relações capitalistas de produção. Da mesma forma, os Estados Unidos mantêm um grande exército de desempregado, discriminam os imigrantes e praticam as mais odiosa discriminação racial. O mais recente exemplo do levante dos negros de Los Angeles comprova a barbárie capitalista num dos mais poderosos países imperialistas. Portanto, a permanência da sociedade é generalizada por toda parte, dada a permanência da sociedade de exploração do homem pelo homem.

O objetivo do Comitê é o de organizar massivamente os trabalhadores para apoiar os movimentos em choque contra toda a forma de opressão e discriminação. Por isso, ao mesmo tempo em que se preserva como frente única de várias posições, assume atitudes críticas perante colocações contrárias às concepções classistas da classe operária.

Como se vê, o Comitê não é um lugar de mera discussão, mas essencialmente de apoio na ação direta contra as agressões da burguesia sobre os trabalhadores. É por isso que nasceu lutando na defesa dos sem terra do Morro do Samba, Vila Socialista, e outras e contra as prisões e condenações de Boni, Romildo e Tonhão. É por isto também que chama aos sindicatos, movimentos populares, e correntes políticas formarem por todo país tais comitês.

Companheiro trabalhador leia e discuta o boletim do comitê de Diadema, reforce-o participando de suas reuniões e campanhas e auxilie na tarefa da crítica política.

- Todo apoio ao Comitê contra as condenações e a opressão.

10/53 HISTÓRICO DO COMITÊ E SEU CARÁTER

Com a ocupação da Vila Socialista todó um esforço foi feito no sentido de ampliar a retaguarda e não permitir o isolamento do movimento. Este esforço foi perseguido desde a ocupação do Morro do Samba. Tal iniciativa sempre esbarrou na questão de quem dirige o movimento, portanto, se meu agrupamento não dirige, não faço parte do Comitê, etc. Vários ofícios, telefonemas foram mandados aos sindicatos, organizações e movimentos em geral no sentido da construção deste organismo.

Somente com a violenta repressão militar à Vila Socialista, e a dimensão política que tomou o conflito, é que as organizações e alguns movimentos acordaram e demonstraram interesse em participar do Comitê. Muitos destes agrupamentos compareceram somente devido ao alcance político obtido pelo movimento e a possibilidade de se apresentarem a grande imprensa e à vanguarda como dirigentes desta marcante luta.

Nesta fase o Comitê se ampliou e as disputas políticas pela direção do movimento foi o que predominou. Mil e duzentas famílias despejadas, dezenas de presos, centenas de feridos, dois mortos, e com a possibilidade de despejo do Morro do Samba, e a disputa pela direção foi colocada como que em primeira prioridade. Toda energia que poderíamos ter canalizado para a organização massiva e o choque com a burguesia, teve nas disputas aparelhistas seu empecilho.

Passado a fase em que teve a cobertura da grande imprensa burguesa e um relativo cansaço do movimento, o Comitê se reduziu a meia dúzia de movimentos que teriam a tarefa de continuar a luta pela conquista dos ocupantes de Vila Socialista, de libertar os presos e posteriormente de não permitir a condenação dos companheiros que foram escolhidos pela burguesia para amedrontar e desmoralizar o movimento.

Uma grandiosa campanha foi implementada pela não condenação e prisão dos lutadores, panfletagens, colagens de cartazes, pichações, atos públicos, reuniões e passeatas, tendo este movimento culminado com a condenação, porém em regime aberto e com a possibilidade de recurso contra estas. Era a avaliação do Comitê que dificilmente escapariam da volta à prisão uma vez que não eram mais primários conforme predispõe a lei burguesa.

UMA VITÓRIA PARCIAL

Desta avaliação, se acorda entre os participantes do Comitê, a necessidade de ampliá-lo e torná-lo permanente, tendo como critério de participação a adesão na defesa dos oprimidos que se afeiram na luta direta das massas. Um Comitê que se posicione pelas mais amplas liberdades democráticas, que não permitirmos calados e sem luta, nenhuma opressão política ou social contra os oprimidos e explorados.

O papel do Comitê será sempre de apoio aos movimentos não cabendo dirigi-los, mas respeitando a autonomia dos mesmos. Este princípio e a forma concreta de respeitá-los e de realmente lutar contra a opressão política. A crítica e auto crítica o protegerá e o incentivará, mas sem transformá-lo em clube de mera discussão, pois a discussão somente deve ter a finalidade de impulsionar a ação direta das massas e a defesa dos oprimidos. Desta forma fazemos o seguinte acordo: se a burguesia lhes atacar, nós iremos em seu socorro, caso a burguesia nos ataque vocês nos socorrerão, apesar de nossas divergências políticas.

O Comitê promoverá regularmente semanas de debate, palestras, onde a luta pela idéias políticas se dará com a mais ampla liberdade para se expor todos os pensamentos e serão nestas ocasiões onde se aprofundará o debate político, e não na luta aparelhista de desrespeito aos movimentos e a sua autonomia.

Avaliação Da Semana da Vila Socialista

A Semana de Comemoração do aniversário de um ano do Massacre de Vila Socialista tem um significado especial no trabalho do Comitê Permanente Contra a Opressão Social e a Repressão Política, a necessidade de ampliá-lo, principalmente neste momento onde inúmeros trabalhadores e lideranças sindicais e populares são condenados ou tem processos na justiça pelas suas participações em mobilizações. Neste momento estão com processos condenatórios a companheira Nina do Movimento dos Sem Terra do Mato Grosso, os colonos do Rio Grande do Sul (condenados depois de julgamento fraudulento). O sindicato dos Frios de São Paulo e Sindicato dos Condutores de São Paulo sofrem processos na justiça devido às mobilizações feitas no ano passado.

O objetivo da Semana foi o de unificar os movimentos e procurou retratar os principais problemas que ficaram à margem de qualquer campanha política das direções majoritárias do movimento sindical e popular, no último período.

A primeira palestra, sobre a questão do Sem Terra no campo, dadas pelos companheiros do MST-SP, e por Bruno Maranhão do Instituto Mario Alves, pudemos acompanhar o drama dos companheiros do campo, que não tendo outra saída, são obrigados a ocupar a terra, de que muitas vezes foram expulsos, sendo perseguidos por jagunços, com a conivência policial e das mal chamadas autoridades.

Na palestra sobre a repressão ao movimento operário e a questão carcerária, o companheiro Zé Luís (Causa Operária) nos colocou a par dos acontecimentos sofridos pelos companheiros do Frigorífico Pedroso quando da repressão policial sofrida pelos companheiros. Já o P. Chico da Pastoral Carcerária nos fez uma exposição sobre os cinco momentos diferentes em que se deu o massacre do Carandirú e de como o sistema penitenciário é mais uma forma de oprimir a classe

operária, pois a maioria das pessoas que estão lá, foram levadas pela extrema miséria que passavam e seus lares.

Na terceira palestra sobre a questão da moradia urbana, mesmo não tendo o comparecimento dos companheiros da União do Movimento de Moradia e da Federação das Entidades da Leste, tivemos uma boa exposição do companheiro Manoel Boni (TPOR) sobre a questão, analisando como quando as fábricas precisavam de mão de obra barata até os prefeitos burgueses faziam vistas grossas às ocupações, mas hoje num período de recessão isto é impossível e mesmo os partidos reformistas são obrigados a reprimir as massas.

Na palestra sobre a Alemanha dada por Helmut Dietrich do Centro de Documentação de Luta de Berlim nos mostra aspectos interessantes sobre a crise estrutural capitalista, de como esta se dá nos países imperialistas aumentando o desemprego e a miséria, começando a aparecer os sem tetos, especialmente entre os imigrantes, problema este agravado com a unificação, onde a ex-Alemanha Oriental acaba sofrendo a pior parte desta crise, e é sobre esta situação que surgem os Neonazistas.

A semana de debates terminou com um debate dos agrupamentos políticos que participam do Comitê (TPOR, CO, Independentes, Luta de Classes, PSB).

A partir desta atividade o Comitê traça como objetivo ampliar a luta propondo a formação do Comitê em todos os lugares organizando um movimento de conjunto contra a verdadeira chacina com que a polícia e o governo vêm promovendo contra os trabalhadores e suas lideranças e que não é motivo de atenção alguma por parte da maioria dos sindicatos e organizações do movimento popular que se encontram totalmente integradas à democracia burguesa, tanto no governo Collor como no governo Itamar.

LUTAR PELO MORRO DO SAMBA

O Morro do Samba está de novo ameaçado e poderá se conflitar com o Estado e a PM.

No dia 23/02/1990, 311 famílias ocuparam uma área abandonada, com imposto atrasado, reservada para desova de cadáveres, 29000 metros quadrados foram subdivididos entre as 311 famílias, que elegeram uma comissão e por causa dos feriados de carnaval, dias da ocupação, em assembléia, se aprovou o nome de Morro do Samba.

No início já houve repressão da PM o que levou os ocupantes a se prevenirem com barreiras e interditar as ruas próximas. Em maio de 1990 o burguês que se diz proprietário, entra com ação de despejo na justiça e a tensão aumenta. Os ocupantes recorreram à Prefeitura para solicitar água, luz, e o apoio contra a ação de despejo. Foram recebidos pela repressão militar, apesar disto os moradores acamparam em frente à Prefeitura por 4 dias e 4 noites culminando com uma repressão violenta da PM, a mando do prefeito, que acabou com 4 presos e vários feridos.

Várias passeatas, atos públicos se dão, consegue-se água e luz de forma provisória.

Em setembro de 1990 se dá a ocupação da Vila Socialista e a união dos ocupantes é a alternativa colocada. O Poder Judiciário e a burguesia reprime violentamente e desaloja os ocupantes de Vila Socialista em uma ação jurídica muito rápida. A disposição de resistência dos ocupantes dificulta a ação militar e gera uma situação política favorável ao movimento e que beneficia momentaneamente os ocupantes do Morro do Samba.

Com o movimento criado o governo se vê obrigado a cumprir sua promessa de campanha que era de desapropriar o terreno da Vila Socialista e do Morro e repassar aos ocupantes.

O governo pressionado e responsabilizado pelo massacre decreta como área de interesse social a área do Morro do Samba e outra de 35000 metros quadrados na Vila Conceição para construção de apartamentos aos ocupantes de Vila Socialista, que resistiam na luta

dentro de duas escolas estaduais e para transferir os ocupantes do Morro do Samba, para o restante dos apartamentos. Com a argumentação de que a área do morro era poluída e industrial.

Os ocupantes do Morro rejeitam esta alternativa e através de decisão da assembléia e de uma pesquisa, somente 2 famílias se posicionaram em ir para os apartamentos, uma vez que são muito pequenos, não nos indenizarão, e ainda levará 25 anos para se pagar, isto se não forem despejados destes apartamentos de forma individual isoladamente, dividindo os trabalhadores.

A luta para ficar no Morro torna a esperança dos ocupantes, que partem para as construções de casas de alvenaria que hoje já atinge 80% do Morro, parte ainda para a conquista de todos os melhoramentos definitivos como água, luz, esgoto, e asfalto, pressiona a Câmara e esta aprova a mudança do zoneamento, são 311 famílias e 1244 crianças residentes no Morro.

A NOVA AMEAÇA

Em 30 de abril de 1993 completará 2 anos o Decreto de Interesse Social e assim sua caducidade estará dada, podendo o burguês que se diz proprietário retomar a ação de despejo.

Os ocupantes do Morro do Samba e o Comitê Contra a Opressão Política e Social conclama a todos os oprimidos, ao movimento operário e popular a se solidarizarem com esta luta em defesa da permanência, dos ocupantes do Morro em suas próprias residências construídas com nosso suor e nosso sangue a custo do pão e do leite dos nossos filhos.

EM DEFESA DOS OCUPANTES, E DAS OCUPAÇÕES.

PELA SOBREVIVÊNCIA DOS OPERÁRIOS E SEUS FAMILIARES.

**QUE SE DESAPROPRIE A TERRA
QUE OS SINDICATOS E O MOVIMENTO POPULAR APÓIEM ESTA LUTA E PARTICIPEM.**

BURGUESIA ESMAGA SEM TERRA

A concentração fundiária no Brasil é tão escandalosa que milhares de famílias não tem se quer onde morar.

Para resolverem o problema de moradia, bem como outros de alimentação, centenas, milhares de famílias se organizam para ocuparem terras. Terras que estão ociosas ou são devolutas (terras devolvidas ao Estado), está foi uma decisão do movimento, sendo uma de suas limitações.

Para se ter uma idéia só no ano 1992, foram ocupadas 6(seis) fazendas improdutivas na região do Pontal do Paranapanema (Fazenda São Bento, Fazenda Santa Clara, Fazenda Washington Luís, Fazenda Flor Roxa e Fazenda Lagoinha em Presidente Epitácio. Cada fazenda dessas tem em média 300 famílias cada uma.

Além dessas fazendas, foram ocupadas outras duas, uma na região de Sorocaba (Fazenda Iperó, cujas terras são da União), (e a outra na região de Ribeirão Preto, Fazenda Pradópolis).

Para se ter idéia do grau de violência que a burguesia desfecha sobre os trabalhadores sem terra, só na região do Pontal do Parapanema, foram decretadas 8 prisões preventivas e 8 prisões em flagrante.

Desses dezesseis trabalhadores, 8 ficaram 25 dias presos e 1 ficou 70 dias. Todos estão sob liberdade provisória .

É importante notar que a burguesia, através do poder judiciário, decretou a prisão desses trabalhadores, alegando que eles são perigosos a ordem pública.

O crime que a burguesia alega que os trabalhadores praticaram foi de furto e formação de quadrilha (furto porque alegam que subtraíram estacas do fazendeiro, formação de quadrilha ou bando porque eram mais que um).

AMEAÇAS DE MORTE NO CEARA

Recebemos comunicado afirmando que Edmar Vieira Filho , Presidente do Sindicato das Indústrias de Calçado do Ceará ,após a campanha salarial vem ameaçando matar os companheiro da atual direção do Sindicato dos Trabalhadores na Industria de Calçados.

Nós do comitê repudiamos esta atitude que demonstra como na sanha capitalista por lucro tudo é possível, aqui novamente esta colocada a autodefesa das direções classistas, é importante que comecemos a discutir esta questão urgentemente . Alem do que conclamamos as entidades de classe a sair em defesa dos companheiros.

Participe das atividades do Comitê !

14/52 As Esquerdas à Frente do Governo na Privatização na CSN.

Com o adiamento do leilão de privatização da CSN para o mês de abril, o governo colocou às claras que apesar de ser uma continuação do governo collorido coloca em cheque, pela esquerda, a política de diversos setores no movimento operário que até então consideram-se contrários à privatização.

Em Volta Redonda um expressivo setor da chapa 1, encabeçada por Vagner Barcelos, na recente eleição do sindicato dos metalúrgicos da cidade, abandonou abertamente qualquer mínima manifestação contra a privatização da usina e fundou um clube de investimentos chamando os operários a comprarem o maior número de ações possíveis da privatização para através do clube especular no mercado financeiro. O argumento utilizado para abandonar descaradamente a luta contra a privatização era de que esta era irreversível, o que foi desmentido semanas depois, não pela esquerda, mas pelo próprio governo.

A fundação do clube de investimentos pela Articulação em Volta Redonda demonstrou que estes setores nunca foram contra a privatização e só estavam esperando a melhor oportunidade para aproveitar-se também da entrega da estatal. A atitude atual não é uma novidade uma vez que no último congresso da categoria em 1992 este setor defendeu explicitamente a criação destes clubes que agora foram criados em oposição a vontade da população de lutar contra a privatização.

O fato de que a chapa 1 das eleições sindicais de Volta Redonda, da qual estes elementos tinham uma decisiva participação fosse apresentada como alternativa à privatização é uma demonstração de que estes setores ditos de esquerda, não são uma alternativa à privatização.

O que estes setores fizeram em Volta Redonda foi mostrar que, ao contrário do que é dito, não existe luta contra a privatização, o governo consegue surpreender aqueles que diziam que o movimento estava derrotado, anunciando que não há condições de neste momento processar este roubo contra a população então é necessário adiar para conseguir melhores condições, ou seja, o governo que é a favor das privatizações diz que não é possí-

vel e aqueles que supostamente seriam contra a privatização viram corretores da bolsa por acharem que a privatização é provável.

A discussão sobre a privatização da CSN coloca forma concreta a política dos diversos setores que atuam politicamente no movimento operário. Da parte da direção majoritária da CUT é um total servilismo à política collorida do governo Itamar chegando ao absurdo dos clubes de investimentos como o de Volta Redonda. A tão falada privatização transparente defendida por setores tidos como de esquerda no interior da CUT é assumida por Itamar sendo esta uma das reivindicações para o próximo leilão, e assim por diante vemos passar um conjunto de colocações que nada tem a ver com as históricas reivindicações do movimento operário diante do problema das estatais, e sim formulações na melhor das hipóteses típicas do nacionalismo burguês tais como : a democratização das estatais, a estatal é nossa a estatal é patrimônio nacional, a CSN não, etc.

É necessário ao contrário do que pregam os cofetores de valores de Volta Redonda, aproveitar o adiamento do leilão da CSN para montar uma verdadeira campanha de luta contra a privatização da estatal. Pelo controle operário da produção pelos trabalhadores é a reivindicação que coloca a classe operária como alternativa diante do nacionalismo burguês que faz a defesa da estatal como fonte de lucro para a burguesia nacional e contra o parasitismo do imperialismo que vê na privatização mais uma forma de exploração dos países atrasados.

Unificar o conjunto das categorias que sofrem o ataque do governo com as privatizações em comitês de luta contra a privatização da CSN montando um plano de agitação e organização dos trabalhadores daqui até abril.

- NENHUMA PRIVATIZAÇÃO
- OCUPAR AS FÁBRICAS DEFENDER O CONTROLE OPERÁRIO DA PRODUÇÃO
- CANCELAMENTO DAS JÁ REALIZADAS
- NÃO À PRIVATIZAÇÃO DAS ESTATAIS
- QUE OS TRABALHADORES DIRIJAM AS ESTATAIS
- NÃO PAGAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA, ROMPER COM O FMI

ATO PÚBLICO CONTRA A VIOLÊNCIA AOS MENINOS DE RUA

Realizou-se no dia 17 de dezembro em Bauru São Paulo organizado por Causa Operária, Sindicato dos Bancários e pelo jornalista Rui Zilnett e contando com o apoio de alguns sindicatos e diversos ativistas do movimento operário e popular, o ato público denominado movimento contra a violência aos meninos de rua de Bauru.

O ato teve como objetivo apresentar a população o conjunto de arbitrariedades, perseguições, violências e abusos sexuais cometidos por membros da PM, do juizado de menores e até por um padre sobre os meninos e meninos de rua daquela cidade.

O jornalista Rui Zelnett conseguiu levantar junto a esses jovens o conjunto das irregularidades que não eram denunciadas em função das ameaças de represálias. As denúncias foram apresentadas ao judiciário e também o jornalista passou a sofrer represálias.

Os meninos relatam que são submetidos cotidianamente à espancamentos, ameaças e afogamentos no Rio Batalha pela PM. Vários policiais foram denunciados por abuso sexual contra menores.

Foram feitas denúncias de um membro do juizado de menores que abusava sexualmente de um menino desde os seus oito anos de idade. Também um padre que tinha menores sob responsabilidade foi denunciado por prática de abuso sexual.

O companheiro Paulo Lago, representando Causa Operária e o sindicato dos Bancários de Bauru exigiu a punição de todos os crimes praticados contra as crianças, o fim das apurações pela justiça militar (que sempre encobre os seus criminosos), fim das perseguições contra

os menores e ao jornalista denunciante, apuração de todas as denúncias de violências contra os menores. Denunciou também o processo fraudulento de perseguição às lideranças do movimento popular, como é o caso do líder dos meninos de rua do Rio de Janeiro, Volmer Guimarães, que teve decretada uma pena de sete anos de cadeia por "calúnia". O companheiro lembrou que há dois séculos o movimento operário e democrático luta pelo direito da calúnia; exigiu o fim dos processos movidos contra Tonhão (independentes), Boni (TPOR) e Romildo (CS), militantes operários de Diadema SP; a imediata libertação dos militantes do movimento dos sem-terra do Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul; punição à todos os responsáveis e assassinos da chacina do Carandiru e o fim da matança à população pobre do país.

Para prosseguir essa luta, foi criado em Bauru o Comitê de Luta Contra a Repressão, que está se estruturando com o objetivo de fortalecer a luta contra a opressão e a repressão do Estado capitalista contra a população pobre.

O Comitê está buscando a incorporação de outros ativistas operários e populares na cidade e na região, bem como irá integrar-se a outras lutas contra a repressão já existentes no país. Dessa forma pretende avançar nessa luta fundamental dos oprimidos, expandindo para toda a população.

COMITÊ DE LUTA CONTRA A RE-
PRESSÃO DE BAURU.

Situação dos Trabalhadores Presos

Há cerca de 120.000 presos em nosso país. A grande maioria dos encarcerados é jovem, entre 18 - 30 anos de idade e é trabalhador. As condições de sobrevivência em nossos presídios, penitenciárias, cadeias brasileiras são tão precárias e violentas, e o tratamento dispensado aos presos é tão desumano, que o Brasil não pára de sofrer puxões de orelha no Fórum Internacional das Nações Civilizadas (ONU, Centro pela Justiça e Direito Internacional da OEA, e outros).

O recente Massacre na Casa de Detenção no Carandiru, em São Paulo, quando a PM invadiu o Pavilhão 09, matando 111 presos a tiros e facadas, é apenas a ponta de um enorme iceberg cheio de violências e arbitrariedades cometidas diariamente contra os trabalhadores presos no país todo. No Carandiru, mataram 111 de uma vez. Foi resultado lógico daquela mentalidade ofensiva em quase todos os nossos estados (mentalidade que prega que preso não é gente, que preso é bicho, que preso não presta, preso tem é que sofrer, se morrer, melhor ainda).

Esta mentalidade é divulgada e difundida por muitos no Brasil, desde autoridades, radialistas, políticos e até o povo na rua. O que resulta desta violenta atitude contra os presos? É uma ladainha de terror e morte viva em nossas cadeias: a violência física (maus tratos e espancamentos) é muito espalhada e praticada contra os presos. E se os presos denunciavam seus algozes, é pior. Juízes não têm coragem de ir verificar as denúncias. Mandam telex pedindo informação, o que acaba deduzindo os presos que fazem as denúncias. Ai, outros funcionários infernizam a vida de quem já foi espancado e se queixou, enquanto a administração manda avisar o Juiz que está tudo bem. E, ninguém faz nada. Delegados, diretores de presídio, Juízes, não fazem nada para garantir a integridade física e moral dos encarcerados. Todo mundo diz: "Pois é, é o jeito da cadeia".

Entre a violência há três que são maiores, que são conseqüências ainda nesta atitude nacional vergonhosa e hipócrita contra os cidadãos que estão presos. São: 1- A falta de assistência judiciária, 2- A inexistência de qualquer atendimento médico, 3- O preconceito contra egressos (ex-presos), que impossibilita que 85% deles consigam trabalho após sair da prisão.

Enfim, o país trata os trabalhadores presos, como ele trata os pobres e desempregados em geral, só que muito pior. Num recente Encontro Internacional de Direitos Humanos em São Paulo, autoridades estaduais falaram que apenas 8% da população brasileira tem acesso fácil à Justiça. Que a Justiça, como ela é estruturada no Brasil só atende aos 8% mais ricos, mais bem situados. Os trabalhadores pobres, não tem acesso fácil ou rápido à justiça. A maioria dos presos é justamente das classes trabalhadoras, pobres e miseráveis, sem recursos para contratar advogados e, nenhum estado quer ter uma assistência judiciária para os presos, porque preso não é gente, trabalhador não é gente.

Aí o resultado disto é a super lotação prisional. Há cadeias construídas para 60 presos, com 180- 240 homens espremidos nas celas minúsculas, a onde as pessoas não tem o mínimo espaço vital para colocar seu próprio corpo. Os zoológicos cuidam melhor dos seus animais do que as cadeias dos presos.

As mais simples doenças e problemas de saúde agravam-se por falta de uma adequada assistência médica, ao ponto dos presos morrerem por falta de atendimento médico. E não adianta tentar falar com as autoridades, todo mundo lamenta, mas ninguém promove aquelas reformas simples nas estruturas administrativas das cadeias/prisões que garantiriam um mínimo de assistência e atendimento médico aos presos doentes. Os presos rezam muito por duas coisas, a sua liberdade e para não ficarem doentes. Ficar doente na cadeia e

17/53
correr perigo de vida porque na maioria das cadeias preso doente não é atendido e morre a mingua.

A violência e a corrupção generalizada por parte daqueles que tem o dever de custodiar e recuperar o preso para a sociedade, acabam empurrando-o definitivamente rumo à criminalidade. Isto acontece especialmente quando o preso sobrevive a cadeia e é posto em liberdade, e tenta arrumar serviço. Ninguém quer saber ninguém quer empregar um ex-presos. Assim eles pensam assim: se o sistema lá dentro e a sociedade aqui fora tratam a gente assim, então o único jeito é ser assim mesmo.

É apenas uma tentativa de sobreviver neste Brasil violento.

A semente de um apartheid social estão presentes nos corações de muitos brasileiros. Ausência e omissão em atender dignamente os encarcerados nos preocupa muito.

Todo mundo é tão preparado para atirar as primeiras pedras enquanto existem bem poucos que assumem gestos e atitudes concretas de solidariedade e simples humanidade com os trabalhadores presos. São brasileiros já banidos do país, sem nunca ter saído dele.

Pastoral Carcerária

NADA DE PLEBICITO SOBRE A PENA DE MORTE

Diante da brutal onda de crimes e seqüestros tem sido propagandeado a instituição da pena de morte no Brasil.

O deputado direitista Amaral Neto é o articulador de tal campanha. A adoção de um plebiscito para a aprovação de tal medida tem sido a forma encontrada para a alteração, da Constituição. Assim, não se cansa de divulgar os méritos da introdução da pena de morte para conter o avanço da criminalidade. Utiliza para isto o sentimento de inúmeras vítimas para ganhar apoio da população.

O governo apesar de se posicionar contrário a pena de morte, reconhece que alguma coisa terá de ser feita para dar resposta ao anseio de uma parcela da população estarrecida com a violência.

A pena de morte foi adotada por mais de 100 países e a experiência revela que foi incapaz de conter o crescimento da criminalidade. Um exemplo é a Inglaterra que após sua adoção teve um aumento significativo da violência criminal.

O aumento da violência, generalizada por todos os países, é uma demonstração cabal da decomposição do regime capitalista. A desintegração de um regime econômico traz dentro de si a falência de todos os valores, família, e instituições por eles criados. Desta forma, o combate a violência não se dá com a ampliação das penas, ou com a eliminação física dos criminosos. Ao contrário, somente uma nova sociedade, onde não há a exploração do homem pelo homem, poderá por fim a violência criminal.

Por isso de nada valerá a introdução da pena de morte no Brasil. Servirá unicamente para punir com a vida uma parte das vítimas do brutal regime capitalista.

- Nada de plebiscito para criar a pena de morte.

- Pelo fim do regime que mata milhares de pessoas de fome e faz crescer a violência criminal.

SOCIALISMO OU BARBÁRIE

OS FATOS OCORRIDOS NA CASA DE DETENÇÃO DE SÃO PAULO.

Sem precedentes no sistema penitenciário mundial mostram-nos até onde pode chegar o estado de pressão e decomposição social provocado pelo regime de exploração capitalista. O assassinato deliberado, o fuzilamento sumário dos detentos, as torturas, o massacre e a chacina promovidos pelas forças policiais que invadiram o prédio mostram-nos a estrutura totalitária do Estado burguês e a mentalidade fascista dos órgãos repressivos. A invasão do presídio ocorreu logo após a abertura do processo de impeachment e as vésperas das eleições municipais, o que demonstra que o famigerado estado de direito apregoado pela burguesia convive sem grandes dificuldades, com a mais pura barbárie.

A burguesia que condena milhões à escravidão de salário, ao desemprego, à prostituição, à miséria e à marginalização social nada tem a oferecer aos trabalhadores senão o acarretamento da crise social. Aumenta a violência contra os trabalhadores na cidade, aumentam as favelas, surgem os arrastões, os grupos racistas, explodem as rebeliões na Febem e nos presídios oficiais. A burguesia não pode combater as causas da desagregação social pois não podem combater a si mesma. A democracia burguesa não passa de uma farsa, orquestrada por exploradores, corruptos e assassinos que ficam impunes. Em períodos de crise, a burguesia dizia "mais polícia", mais cadeia mais presídio". Ou quem sabe colônias agrícolas, ou campo de concentração, ou privatizar os presídios e explorar o trabalho escravo dos detentos. Ou mesmo requisitar o exército de presidiários para substituir trabalhadores grevistas, como ocorreu recentemente em Guarulhos, na fábrica de antenas Plasmatic. A burguesia só tem a oferecer a exploração, o fascismo e, a a barbárie. Os trabalhadores tem apenas seus grilhões para perder e um mundo a construir.

COMPANHEIROS COMO TEMOS FALADO, EXISTE A NECESSIDADE DE REFORÇARMOS ESTA LUTA, POR ISTO A IMPORTÂNCIA DE SUA PARTICIPAÇÃO.

O COMITÊ SE REÚNE TODAS AS QUARTAS FEIRAS ÀS 19 HRS. NA CÂMARA MUNICIPAL DE DIADEMA.

OS COMPANHEIROS PODERÃO ENTRAR EM CONTATO CONOSCO PELA CAIXA POSTAL 67568 CEP 03102-970 SÃO PAULO SP



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

Manifesto do III Congresso do POR

Aos operários, camponeses, estudantes e a todos oprimidos:

O Partido Operário Revolucionário (POR), em construção, realizou seu III Congresso nos dias 22, 23 e 24 de janeiro e como conclusão aprovou este manifesto dirigido a todos oprimidos e, particularmente, à classe operária, por seu lugar objetivamente revolucionário que ocupa na produção fabril capitalista e por ser a classe capaz de dirigir a maioria explorada contra a sociedade de exploração do trabalho.

Este III Congresso do POR tem especial importância porque se concentrou na discussão e aprovação das bases programáticas da revolução proletária no Brasil e sua projeção internacional. Diferente das inúmeras correntes políticas que se reivindicam do socialismo, o POR compreende que sem construir um programa que espelhe a realidade do país, através da aplicação do materialismo histórico (marxismo), não será possível construir um partido que conduza as massas exploradas à revolução proletária.

E não se trata de qualquer programa, mas de um que tenha por essência o objetivo estratégico da tomada do poder pela revolta e insurreição da maioria nacional oprimida. Um programa que liberte a consciência e a ação dos explorados dos seus escravizadores capitalistas. Que organize numa só força poderosa a multidão empobrecida contra a minoria burguesa e seu Estado opressor. Um programa que desenvolva as lutas instintivas dos operários e as transforme em objetivo de tomada do poder pela revolução. Para que seja este programa, é necessário que tenha por centro de seus objetivos destruir a ditadura de classe burguesa, utilizada para manter a exploração e a fome, e estabelecer a ditadura do proletariado, que será utilizada contra a minoria capitalista para abolir a exploração do trabalho e abolir definitivamente a fome.

O nosso III Congresso avançou neste caminho, porque se concentrou em caracterizar o país capitalista **atrasado**, oprimido pelo imperialismo, em estabelecer as tarefas fundamentais, em definir as classes e o papel revolucionário do proletariado, em estabelecer os métodos de lutas que conduzem à tomada do poder pela insurreição, em analisar a política traidora do reformismo (PC do B, PT) e em se colocar plenamente dentro do internacionalismo proletário, que em sua essência, na atualidade, nos coloca a tarefa de reconstruir a IV Internacional.

Avaliamos que avançamos na fundamentação da bandeira de poder do governo operário e camponês, que exercerá a ditadura do proletariado, bem como na tarefa política de construir a aliança operário e camponesa. Isto

porque o III Congresso se dedicou a definir as classes sociais que compõem a estrutura econômica do capitalismo semicolonial brasileiro. Pôde assim levar a fundo a compreensão de que a estratégia revolucionária não pode ser conjuntural nem ser ludibriada em nome de que as massas não entendem. Ela é extraída das condições gerais de decadência do capitalismo e de suas particularidades nacionais e da luta de classes. O III Congresso pôde, portanto, concluir a crítica do POR às bandeiras de governo democrático e popular do PT, que mantém o poder da burguesia, e do governo dos trabalhadores das correntes revisionistas do marxismo, que capitularam frente ao eleitoralismo. Critica as alternativas das esquerdas apresentadas ao PT, como a de construir um partido através de uma frente de esquerda. Tal posição não leva a um partido revolucionário, mas sim a um oportunista eleitoral. Em contraposição, levanta para todas as correntes que reivindicam do movimento operário organizar uma frente revolucionária antiimperialista e anticapitalista, que organize as massas na ação direta.

O Congresso discutiu, também, a profunda crise de regime político que levou à bancarrota do governo Collor e sua substituição por Itamar, que mantém na essência a mesma linha antinacional e antipopular. Agora, se procura ludibriar os trabalhadores com a farsa do plebiscito em torno do parlamentarismo e presidencialismo, uma forma de contornar a crise de poder da burguesia. Os reformistas do PT e toda burocracia sindical se concentrarão nos próximos meses a ludibriar os trabalhadores com a falsa alternativa política. O II Congresso chama os assalariados a rechaçar esta manobra, dizendo nem parlamentarismo, nem presidencialismo, abaixo o governo burguês de Itamar, por um governo operário e camponês, saído da revolução proletária. Não será com a democracia burguesa que as massas terão suas reivindicações resolvidas.

O III Congresso chama os oprimidos a se unirem em torno das reivindicações do salário mínimo real, escala móvel de reajuste salarial, fim imediato do desemprego a admissão de todos os desempregados, escala móvel de horas de trabalho, terra aos camponeses, moradia para os sem teto, fim das desestatizações, controle operário da produção e expulsão do imperialismo.

Chega de miséria, chega de manipulação política, organizemos nossas forças independentes, defendamos a greve geral como instrumento para enfrentar o governo demagógico de Itamar e a burguesia.

Construamos o Partido Operário Revolucionário na luta. Viva a Revolução e Ditadura Proletárias!



20/53
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO IV - Nº 42 - 2ª Quinzena de Dezembro de 1992 - Cr\$ 2.000,00

NÃO

à privatização
da CSN !

Ocupar a estatal e
defender o controle operário !

Chega de salários de fome, de miséria e desemprego!
Que a CUT rompa com o governo continuísta de
Itamar e chame uma campanha nacional de luta
pelo salário mínimo real de 4 milhões e pela
garantia de emprego para todos !

III Congresso da T POR

Construir o
Partido Revolucionário é
Construir o
Programa Revolucionário !



III Congresso da Tendência pelo Partido Operário Revolucionário (T.POR)

Diferentemente das demais correntes que se reivindicam do marxismo, a T.POR considera a construção programática da revolução proletária como essencial à formação do Partido. A experiência internacional tem comprovado que a degenerescência oportunista das tendências de esquerda, que frequentemente revisam no que há de fundamental na doutrina marxista, tem por base a ausência de um programa que expresse a realidade do país e as leis históricas de sua transformação socialista. É comum a estas correntes deformarem a estratégia programática de tomada do poder do Estado pelo proletariado, negando ou ludibriando o princípio marxista da ditadura de classe do proletariado sobre a minoria capitalista.

No Brasil, temos representadas por vários agrupamentos três tendências de esquerda: 1) o reformismo socialdemocrata; 2) o estalinismo; 3) o trotsquismo.

O reformismo socialdemocrata se coloca abertamente contra a revolução violenta. Está representado pelo PT. O estalinismo se baseia na revolução por etapas e acaba por se arrastar atrás da burguesia nacional, negando de fato a tarefa da revolução proletária. Está representado pelo PCdoB. O PCB renegou inclusive a revolução por etapa e se colocou no campo da socialdemocracia.

O trotsquismo tem por essência o princípio da revolução permanente, ou seja, que os países semicoloniais, como o Brasil, amadureceram para a revolução proletária na fase imperialista do capitalismo mundial. Considera, entretanto, que neles se expressam particularidades nacionais de países capitalistas atrasados, onde a revolução burguesa não foi possível e onde tarefas democráticas não resolvidas se combinam com as transformações socialistas (expropriação dos meios de produção e sua coletivização). Assim, o programa a ser construído se baseia na estratégia da revolução e ditadura proletárias, que se fundamentam na necessidade da revolução mundial.

Há várias correntes que se reivindi-

cam do trotsquismo, porém acabam por negá-lo ao não desenvolver programaticamente a orientação marxista da revolução permanente. Um exemplo mais evidente foi a adaptação sofrida por correntes como a Convergência Socialista, Causa Operária e O Trabalho que levantaram a bandeira de um governo dos trabalhadores do PT, através da candidatura de Lula e do método eleitoral de chegada ao poder do Estado. Estas correntes carregam esta herança em sua formulação política. Isto se deve à negação da tarefa de construção do programa de transição para a revolução proletária no Brasil.

A T.POR, em seu III Congresso, procura dar um passo à frente assentando pontos fundamentais do programa, que só poderá chegar a uma forma mais acabada penetrando no interior das massas oprimidas e se destacando como partido dirigente da classe operária. A seguir extraímos a essência de alguns aspectos da Resolução:

1. A crise do imperialismo e o internacionalismo proletário

Este primeiro ponto da Resolução considera que o capitalismo mundial ingressou numa fase de profunda crise estrutural, depois da grande destruição de forças produtivas da segunda Guerra Mundial.

A crise do estalinismo no Leste Europeu/Rússia e a desagregação desses países de economia estatizada são um reflexo da desintegração do capitalismo mundial. Por sua vez, a quebra econômica e o aprofundamento da crise social nos países capitalistas atrasados, como os da América Latina, também são reflexos desta mesma desintegração.

Em função disto a luta de classes mundial tende a se agravar, abrindo caminho para a reconstituição programática do Internacionalismo proletário, que tem por estratégia a revolução política no Leste europeu e a revolução proletária nos países capitalistas. A tarefa central da situação é construir os partidos da IV Internacional, que tenham por base a experiência do marxismo e o Programa de Transição de Trotsky.

2. Brasil: país capitalista semicolonial

O Brasil é um país de economia capitalista atrasada, integrante da economia mundial, dominada pelos países imperialistas. Distingue-se por ocupar um lugar de nação saqueada e oprimida pelas potências. A sua condição semicolonial tem raízes na formação histórica colonial. Foi integrado ao mercado mundial de fora para dentro na forma de colônia de exploração portuguesa e, em seguida, como semicolônia do capital imperialista.

A independência formal não se constituiu numa verdadeira revolução burguesa, que pudesse emancipá-lo da condição de país oprimido. Desta forma, a proclamação da república não pôde desenvolver um poderoso Estado soberano e democrático. Arguês, refletindo a arcaica estrutura desigual e combinada da economia agrária latifundiária com a industrial.

Conserva a coexistência de formas pré-capitalistas de produção com as mais avançadas técnicas de produção capitalista. A burguesia nacional já nasceu débil e dependente do imperialismo, não podendo realizar as tarefas democráticas próprias do país atrasado, como a revolução agrária, a independência nacional, a formação de um poderoso mercado interno, a industrialização homogênea, a superação da contradição entre a cidade e o campo, a eliminação dos profundos desequilíbrios regionais, necessária para desenvolver plenamente a unidade nacional e erradicar a miséria e o analfabetismo.

As tarefas democráticas pendentes passaram a ser de responsabilidade da classe revolucionária que se formou em contradição com a débil burguesia, que é o proletariado. Estas serão resolvidas no bojo da revolução proletária que as combinará com as transformações socialistas.

Observação: no próximo número do Jornal Massas daremos continuidade à síntese da Resolução.

Participe das discussões sobre as teses programáticas do III Congresso

Fale com o distribuidor deste jornal

A crise ministerial prematura do governo Itamar

A crise ministerial do governo Itamar Franco já é um fato. Levanta-se a hipótese de Itamar remover alguns ministros-chaves, como os da área econômica, assim que o Senado votar o afastamento definitivo de Collor. Os conflitos internos à cúpula governamental se abriram em torno do maior ou menor continuísmo da orientação neoliberal (pró-imperialista) traçada por Collor. Este foi removido a pretexto da corrupção, mas não seu plano econômico de privatização das estatais, abertura do mercado para o capital estrangeiro, cortes nos serviços sociais (como previdência, saúde e educação), reforma tributária antipopular, arrocho salarial, pagamento da dívida externa e recessão.

A bancarrota de Collor se deu não devido à corrupção, que é própria do Estado burguês e das condições de parasitismo de grupos econômicos, mas sim em razão de profundas divergências em torno da ampla aplicação do plano antinacional, ditado pelos interesses das potências estrangeiras. O aprofundamento da recessão, a quebra industrial, a alta inflacionária e a volta da ciranda especulativa do capital financeiro atingiram generalizadamente os negócios da burguesia nacional. Por mais que exista entre os exploradores do povo o acordo de que terão de ceder às pressões das metrópoles imperialistas, integrando parte do país aos credores e sacrificando o mercado interno a favor das mercadorias estrangeiras, diante dos efeitos do sucateamento da indústria e do comércio abriu-se violentos choques, que culminaram com a crise política de Collor.

Embora o movimento operário tenha sido contido pela frente burocrática sindical (CGT, CUT, Força Sindical), cuja orientação das direções corrompidas se concentrou na linha do Entendimento Nacional (pacto social), a sua tendência era de se levantar contra a ofensiva de desemprego e fome de Collor. Para a burocracia sindical, inclusive, o impeachment do Presidente desgastado e isolado surgiu como uma válvula de escape para a manutenção do Entendimento Nacional, já insustentável na situação de crescente crise social.

As condições que levaram a queda de Collor, entretanto, permanecem intactas sob Itamar. Que mudanças na política econômica poderia fazer o novo governo capitalista? Podria romper com a diretriz de Collor, ditada pelas condições da crise mundial capitalista e pelos interesses supremos do imperialismo?

O que verificamos em pouco tempo de governabilidade é a imposição do continuísmo que logo gerou a primeira crise ministerial. Todas as medidas essenciais de Hadad e Krauzer são de ajuste e aplicação

do Plano Collor. O ar moneditário de condicionar a entrada de dinheiro nos cofres públicos com as privatizações e limitar a utilização dos títulos desvalorizados da dívida interna (moedas podres) para o resgate a preservação dos ditames do Fundo Monetário Internacional. As declarações populistas de Itamar de proteção aos miseráveis contra a recessão e o empobrecimento generalizado pelo arrocho salarial também mal esconde a manutenção do criminoso salário mínimo, da investida contra a aposentadoria e dos milhões de desempregados e subempregados.

A destruição de forças produtivas (quebra industrial e comercial) e aumento do controle imperialista do Brasil semicolonial é imposição da desintegração generalizada do capitalismo mundial. A demagogia nacionalista do passado político de Itamar, ou seja, das forças burguesas e da burocracia estatal a que representa, se evapora diante das tendências objetivas da crise estrutural capitalista. Entretanto, pelo por isso os choques internos e as consequentes crises políticas, cada vez mais agudas, são eliminados.

Itamar se debate entre as forças burguesas que exigem acatamento pleno da política antinacional e antipopular e as que objetivam limitar a catástrofe neoliberal. Partidos como o PT e PCdoB se colocam por apoio crítico a Itamar, guiados pela suposição de profundas diferenças com Collor, acobertando a essência do continuísmo. E a CUT permanece paralisada quando seu ministro Barelli já demonstrou ser um fiel cumpridor das leis econômicas do capitalismo decadente, ou seja, de descarregar a crise sobre as massas.

A ausência de intervenção organizada nacionalmente da classe operária facilita o governo dos capitalistas processar as crises. Entretanto, não fazem mais do que acumular a explosividade. A classe burguesa não tem como encontrar saída senão as de natureza catastrófica. A vanguarda proletária cabe defender a mobilização nacional dos explorados contra o governo continuísta e avançar na construção do Partido Operário REVOLUCIONÁRIO, capaz de atrancar a iniciativa política das mãos do governo patronal e seus partidos.

O desemprego cresce em São Paulo

No mês de outubro, existiam 1.200.000 trabalhadores desempregados na grande São Paulo, isto é, 14 mil a mais do que no mês de setembro. Já em novembro esse número foi acrescido de mais 7.149 demissões, o que contrariou a previsão dos capitalistas de que os empregos seriam mantidos no final de ano. A própria imprensa burguesa admite que foi o maior número de desocupados nesses meses desde 1985. Nem as contratações no setor comercial, época de final de ano, e no setor de serviços fizeram com que baixasse o nível de desemprego.

Tudo indica que em dezembro as demissões continuarão. A Villares está para demitir grande parte dos seus 550 operários, em virtude de sua mudança para Campinas, provocada pela sua fusão com a General Electric. O grupo Votorantim, do magnata Antônio Emílio de Moraes, acaba de demitir 270 trabalhadores de Sorocaba. Como se vê, a onda de demissão continua sua marcha.

Os operários de fábricas pequenas vêm resistindo a esse ataque, fazendo greves, como na Fricson Van Leer, ou

ocupações, como na T.Fal. Entretanto, esses movimentos não se generalizam e não se unificam com os operários das grandes montadoras, em função da burocracia sindical estar empenhada em resolver a crise dos empresários nas Câmaras Setoriais. Por isso não organiza nenhuma campanha geral de luta contra o desemprego, permitindo que os movimentos grevistas fiquem isolados.

Ao mesmo tempo, convence os operários a se auto demitirem em troca de migalhas, isto é, através do plano de demissões voluntárias conseguem garantir o corte que os empresários querem. Como por exemplo no caso da Villares, que porá na rua inúmeros trabalhadores dando em troca seis meses de assistência médica e 1,5 salário nominal extra e mais 10% para cada ano trabalhado.

A luta contra o desemprego não depende de acordos nos bastidores com os empresários. Ao contrário, depende da unidade dos assalariados em campanha nacional de luta, que organize as ocupações de fábrica de forma generalizada.

O PT e o governo de Itamar

Uma proposta de Entendimento Nacional

A proposta do PT para a crise econômica, concretizada no documento "Diretrizes para um programa emergencial de política econômica", se constitui numa clara iniciativa de apoio ao governo burguês de Itamar Franco. Reconhece que a "estratégia neoliberal" de Collor criou "uma dinâmica de ilhas de prosperidade em meio a oceanos de miséria e desespero". Entretanto, sua proposta de plano econômico se distancia muito pouco das medidas antipopulares e antinacionais.

Está de acordo em dar continuidade à privatização das estatais, desde que faça parte de uma política industrial e se defina quais os setores estratégicos que devem permanecer sob o controle estatal. De maneira alguma rechaça a desestatização como resultado da imposição do FMI. A agressão imperialista sobre o Brasil semicolonial é aceita como parte da necessidade de integrá-lo na economia mundial. Desta forma, o PT se submete aos opressores nacionais tal qual os demais partidos burgueses, como o PMDB, PSDB, PDT, etc, que apoiaram diretamente o plano de estabilização de Collor.

Um outro aspecto que demonstra claramente a adaptação petista diz respeito ao pagamento da dívida externa. Abre mão de sua limitada posição de suspensão do pagamento da dívida e realização de uma auditoria, para comprovar o real endividamento. Propõe que o governo Itamar "exija imediatamente a renegociação da dívida externa, subordinando a negociação às exigências do processo de estabilização e retomada do crescimento". Imagina que se os bancos credores não admitem tal condição, então o governo brasileiro não teria outra alternativa que não seja suspender seu pagamento.

O fundamental desta manobra é que o PT se coloca francamente favorável à negociação da monstruosa dívida. As antigas demonstrações petistas de que a agiotagem financeira dos bancos internacionais traziam atraso econômico e fome para as massas foram completamente esquecidas. Justamente quando o Brasil mergulha na mais profunda onda de recessão e desemprego os reformistas do PT se colocam pelo pagamento da dívida, ressaltando demagogicamente a exigência da retomada do crescimento.

A dívida externa é um instrumento do capital financeiro imperialista para explorar e oprimir as nações atrasadas, que se constituem a maioria no mundo. Dela faz parte a privatização e a abertura do mercado interno a favor das multinacionais. Não é por acaso que o Programa emergencial do PT se coloca favorável a uma reforma fiscal que recupere a

confiança dos especuladores da dívida interna e ao mesmo tempo defende a política de reforma estatal, que conduz a cortes, ou seja, demissão de servidores públicos.

Tal reforma fiscal é tida como ponto de partida de solução dos grandes problemas, quando na verdade o aumento de impostos para cobrir a falência do Tesouro Nacional acoberta a reconstruída sonegação de cerca de 13 bilhões de dólares feita pelo grande capital e a monumental dívida interna parasitária, que só a título de pagamento os capitalistas recebem 16 bilhões de dólares. Isto sem contar a fábula destinada ao pagamento da dívida externa.

A posição do Ministro do Trabalho, Sr. Walter Barélli, de reajustar o salário mínimo para insignificantes 100 dólares depois do reajuste fiscal expressa recomendações do Programa emergencial petista. Os capitalistas e o governo dão um sorriso largo frente à negação do PT de antiga conclusão do Dieese de que, para se elevar minimamente a vida dos trabalhadores, seria necessário implantar o salário mínimo real, que hoje estaria próximo a 450 dólares.

Esta linha de governabilidade pró-capitalista não poderia senão desembocar na posição de pacto social. Assim, o Programa emergencial defende a generalização das Câmaras Setoriais, onde patrões, governo e burocratas sindicais negociariam amplamente a desgraça dos trabalhadores, a exemplo do acordo das montadoras, que favoreceu as multinacionais e manteve as perdas salariais.

Esta política de Entendimento Nacional foi praticada pelos petistas sob o governo neoliberal de Collor, que conduziu a quebra de indústrias e demissões em massa. Pretende-se aperfeiçoá-la como forma de sustentação de Itamar, o que significa evitar que a explosiva crise social dê lugar a uma grande mobilização operária e popular antigovernamental. A conduta do PT tem como consequência anular a ação direta das massas, substituindo-a pelas negociações de gabinetes.

A CUT, dirigida pelo PT, tem refletido esta linha de imobilismo e corrupção política. Quando os trabalhadores mais necessitam de suas próprias forças (greves, manifestações, ocupações) os reformistas trabalham incessantemente para sustentar os exploradores através do Entendimento Nacional. Está claro que o Programa emergencial proposto a Itamar é a favor da burguesia e oposto às necessidades mais vitais dos assalariados.

Abaixo o Plano pró-capitalista do PT!

Por uma Campanha Nacional de Luta contra o desemprego, a miséria e a opressão imperialista!

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A
DITADURA DO PROLETARIADO**

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE EScreva PARA
CAIXA POSTAL Nº 575 - AG. CENTRAL - RECIFE - PE - CEP 50001**

CUT: Nada de migalhas do governo Itamar

A CUT se encontra totalmente paralisada. As campanhas salariais foram fechadas sem luta. A direção não faz outra coisa senão apresentar ao Ministro do Trabalho formas de amenizar o brutal arrocho do salário mínimo e garantias de emprego. Já no início de novembro encaminhou um conjunto de reivindicações ao governo de Itamar, juntamente com as formas de viabilizá-lo.

Certamente não se colocou pela organização dos trabalhadores para arrancar, através dos métodos próprios da classe, o emprego a todos e o salário mínimo vital. Procura negociar com Itamar e Barelli mecanismos de repor alguma migalha salarial. Essa conduta da burocracia sindical já era esperada. Haja vista o seu papel no movimento pró-impeachment de submeter os explorados à política burguesa dessa frente. Afastado o corrupto Collor em nome da defesa das instituições do Estado burguês (Parlamento e Justiça), restou, aos integrantes desse movimento, a sustentação de Itamar.

A CUT é parte da composição ministerial, pois através do PT indicou Barelli (ministro do governo paralelo de Lula). A sustentação de Barelli deverá ser feita pela CUT. O que significa não chocar frontalmente com as propostas do governo, procurar a via do entendimento nacional, para que não se abra uma crise entre seu interlocutor Barelli e Itamar. Por esse caminho só há a pressão e não a mobilização direta dos trabalhadores.

A independência de classe, princípio elementar de uma Central, foi sacrificada. O que não poderia ser diferente, pois a direção da CUT está sob o controle do PT. Este se encontra até o ossos comprometido com a governabilidade de Itamar. Tudo fará para que essa transição pacífica, dentro da

legalidade burguesa, possibilite minimamente as condições para as eleições presidenciais de Lula em 1994. Nessa rota não há enfrentamentos que possam trazer a instabilidade maior do governo. Nesse sentido, a CUT deverá colaborar, não colocando a classe operária e a maioria nacional oprimida no choque frontal com o Estado e suas instituições. A defesa da governabilidade de Itamar significa o silêncio dos trabalhadores numa situação de continuidade da recessão, aumento do desemprego e confisco salarial pelo alto custo de vida.

Essa conduta da direção da CUT deverá ser respondida pelos trabalhadores. O desemprego, a fome e a miséria que ronda a família operária e camponesa não poderão ser solucionados nas negociações que a Central vem fazendo com Itamar. Ao contrário, a luta pelo salário mínimo real de 4 milhões e quinhentos mil cruzeiros e o emprego a todos deverão ser parte da mobilização

geral da maioria contra o governo antinacional e antipopular de Itamar.

O que os trabalhadores deverão exigir da CUT

A vida dos trabalhadores não pode estar nas mãos do governo e dos patrões. A intenção do governo Itamar continuar descarregando a crise capitalista sobre as massas está clara. Qualquer que seja a colaboração com este governo significa se opor à organização e a luta independente.

Por isso, os trabalhadores devem exigir que a CUT rompa com as negociações de cúpula e se coloque por convocar assembleias em todos os sindicatos para se aprovar a campanha nacional de luta. Trata-se de exigir do governo a implantação imediata do salário mínimo de 4,5 milhões de cruzeiros, a escala móvel de reajustes, a reposição de todas as perdas, o fim das demissões, escala móvel das horas de trabalho e fim das desestatizações.

Para se conquistar estas reivindicações básicas é necessário uma ampla mobilização, que tenha como ponto de partida os sindicatos, os bairros populares e as escolas, centralizados por comandos regionais e nacional, dirigidos pela CUT. A convocação de plenárias de base da CUT é um meio para se estruturar a campanha e organizar tais comandos.

Chega de negociação de cúpula!

Chega de apoio ao governo dos capitalistas!

Pela organização imediata da Campanha Nacional de Luta!

Onde estão as campanhas salariais de luta ?

As campanhas salariais de novembro fecharam sem nenhuma luta. Os sindicatos com data base em novembro, que agrupam mais de 2 milhões de trabalhadores e que já protagonizaram no passado greves unificadas como a de 1985, preferiram não lutar para chegar a uma greve. A paralisia tem uma razão principal: as organizações sindicais, principalmente a CUT, têm se colocado por dar um voto de confiança ao governo Itamar, considerado como progressista e democrático, porque teria saído das mobilizações contra Collor e estaria sob o controle do Congresso Nacional. A indicação de um ministro do Trabalho pelo PT reforçou esse apoio, porque passou a se supor que tudo seria feito para combater a recessão, o desemprego e os baixos salários.

A realidade se opõe a essa farsa: o Ministro Barelli já adiantou que o salário mínimo ficará no patamar miserável dos 100 dólares; os salários não terão reposição mensal das perdas com a inflação e continuarão a despencar; o pró-

prio Barelli é um dos principais articuladores da reforma fiscal que aumentará os impostos. O Ministro do PT está de mãos dadas com o líder do governo e ex-stalinista Roberto Freire para aplicar os pontos do acordo com o FMI.

O apoio ao governo continuísta de Itamar, um governo antinacional e antipopular como o de Collor, tem levado as organizações à colaboração de classe e à paralisia, justamente num momento de profundo ataque às condições de vida das massas.

A CUT e os sindicatos devem romper com o governo e se colocar por uma campanha nacional de luta que defenda o salário mínimo de 4 milhões, o reajuste mensal automático de acordo com a inflação (escala móvel) e o fim do desemprego. Os trabalhadores precisam da força da unificação e centralização das lutas. Isso é tarefa de suas organizações sindicais, que para cumpri-la necessitam da independência de classe.

BARELLI E O SALÁRIO MÍNIMO DE FOME

A burguesia brasileira nunca foi capaz de pagar o salário mínimo real para o proletariado, os seus escravos modernos.

Os economistas burgueses procuram mostrar que o salário mínimo de hoje, C\$ 522 mil corresponde a menos que um quinto do salário mínimo pago há trinta anos atrás.

O que não se analisa e não se compara é com o salário mínimo real, cujo valor necessário para uma família de 4 pessoas sobreviver e reproduzir deveria ser de CR\$ 4 milhões (cálculo do DIEESE).

Na década de 50, época desenvolvimentista de Getúlio, o salário pago atingiu em 1959 o patamar de C\$ 2,819 milhões, isto é, 70% do valor do salário mínimo real.

Na década de 60, período da ditadura militar e milagre econômico, conseguido às custas de empréstimos e maior penetração do capital estrangeiro, houve uma redução drástica, atingindo o valor de CR 800 mil, ou seja, 20% do valor do salário mínimo real.

De 70 a 90, com a crise do milagre, vem-se reduzindo mais ainda, mantendo-se na média de C\$ 600 mil, isto é, 15% do salário mínimo real. Finalmente, sofreu uma maior desvalorização nos últimos dois anos durante o governo Collor, chegando a CR\$ 332 mil em abril desse ano, isto é, 8% do salário mínimo real.

Hoje, Walter Barelli, atual ministro do trabalho e porta voz do PT, propõe elevar o salário mínimo de C\$ 522 mil para US\$ 100 (ou CR\$ 1,250 milhão) em

janeiro e reajustado bimestralmente. Isso significa elevar o salário mínimo hoje que representa 13% do valor do real para 27%.

Depois de grande polêmica no Congresso em torno do reajuste mensal, Barelli apresenta essa proposta irrisória, alegando que é a única que está de acordo com as posses dos cofres públicos, com o aval do empresariado, e que não é inflacionária.

Como vemos a burguesia, o governo e seus partidos, transformam num cavalo de batalha a discussão em torno do salário mínimo, demorando meses para decretar o valor de fome, mas não faz o mesmo com o aumento de preços, tarifas, etc.

Isso não é à toa, pois o salário é a fonte de sustentação da burguesia através da exploração do trabalho, isto é, acumula-se mais capital às custas do rebaixamento salarial.

O que Barelli não fala é que o que causa inflação não é o aumento salarial e sim a política da burguesia de elevar os preços diariamente. Também não fala que está em marcha uma reforma econômica que facilitará mais ainda o empresariado, com redução de impostos, de juros, e que por isso concordaram em pagar esse salário de fome, isto é, além de garantirem seus lucros, pagando esse salário vergonhoso, terão abatimentos nos impostos, facilidades em empréstimos, poderão continuar diminuindo e aumentando os preços, pois são os proprietários das empresas.

O próprio Barelli admite que, "comparando o Brasil com os demais

países do Mercosul, o Brasil é o que paga menor salário e é o que mais beneficia o empresariado, principalmente os setores que tiveram a política de cortes de gastos e custos e que não dividiram com os funcionários, como o automobilístico".

No entanto, com essa fórmula mágica de salário mínimo, que já é pago nos outros países, mostra que não está minimamente interessado em defender a vida dos trabalhadores. Ao contrário, demonstra ser um bom gerenciador dos negócios da burguesia frente à profunda crise capitalista. Não é à toa que os empresários vêm aplaudindo as suas propostas salariais.

Além do proletariado receber o salário de fome, que não representa 23% do salário mínimo real, está obrigado também a pagar mais impostos, mais aumento dos preços das mercadorias, tarifas e viver à mercê do desemprego. Tudo isso para sustentar os capitalistas em crise!

A burguesia nacional é incapaz de pagar o salário mínimo real, frente as suas crises capitalistas cada vez mais profundas.

Defender o salário mínimo real de CR\$ 4 milhões com reajuste automático (escala móvel de salários) significa defender a vida do proletariado e dos assalariados.

Só o proletariado é capaz de levar a luta consequente pelo salário mínimo real. É preciso romper com a paralisação do movimento sindical e organizar a luta anticapitalista, para que o proletariado possa assumir a direção das lutas.

Força Sindical dá o voto de confiança ao governo Itamar

Após a reunião com Itamar e os ministros Barelli e Maurício Correa, o arqui-pelegrino Medeiros oficializou o apoio da Central ao governo entreguista.

Demagogicamente, Medeiros deu 30 dias de trégua a partir do julgamento do impeachment de Collor. Não é de hoje que vem sustentando os governos antipopulares e antinacionais. Basta lembrar, o seu apreço por Collor, por

Maluf e outros corruptos. Não precisou de muitos lamentos de Itamar para que suspendesse as críticas que vinha fazendo à política econômica do país.

Medeiros tem sido o braço direito do governo e dos patrões no movimento sindical. Age contra a vida dos trabalhadores para sustentar a política de fome e miséria dos capitalistas. Diante de um brutal desemprego e um salário mínimo de

menos de 50 dólares, o vendido Medeiros mais uma vez se aconchega com o governo.

Os trabalhadores não poderão permitir que seus dirigentes vendam suas vidas em troca do aumento da fome e do desemprego. Devem, portanto, rechaçar a conduta traidora de Medeiros e defender a Campanha nacional de luta contra a política entreguista e de miséria de Itamar e seus aliados (os patrões).

Em defesa do estatismo

FORA COM A PRIVATIZAÇÃO DA CSN OCUPAR A FÁBRICA E RESISTIR

Está marcado para o dia 22 de dezembro a privatização da CSN. Depois da Usiminas, a privatização da CSN dará mais um passo decisivo na destruição do poder estatal sobre ramos estratégicos, como a produção do aço, para a economia nacional. É conhecido o papel histórico de siderúrgicas como a CSN, Usiminas, Cosipa para a formação de uma indústria de base sob o controle nacional. A sua privatização responde a interesses estranhos à necessidade do país. Trata-se de uma imposição do capital imperialista e de seus lacaios internos.

Os governos anteriores sucatearam a CSN e favoreceram a grande indústria automobilística com preços do aço subsidiados, a ponto de inviabilizarem-na financeiramente. Agora, se está saneando-a para ser entregue ao capital privado em condições de alta lucratividade.

A massiva demissão de operários e a violenta perseguição às lideranças classistas são parte da reestruturação da CSN, com fins privatizantes. Certamente, uma vez nas mãos do grande capital estrangeiro consorciado com o nacional, mais demissões ocorrerão. A propaganda governamental de que as privatizações favorecem os operários se mostra totalmente falsa.

Por outro lado, o próprio governo Itamar se encarregou de demonstrar que as privatizações foram um verdadeiro presente para os agiotas que especulam com os títulos da dívida interna, que puderam utilizá-los elevando seus valores de mercado. A desestatização comparece como uma jogatina para favorecer grandes grupos econômicos e financeiros, que se utilizam desse recurso para se protegerem da brutal crise capitalista.

PC do B apóia Itamar

O PC do B afirma em seu boletim "Questão de Ordem", de 4 de novembro de 1992, que "...o PC do B se dispõe a apoiar as medidas do atual governo que visem defender a soberania nacional, a democracia e os interesses dos trabalhadores, mas mantendo sua independência e o direito de crítica. Em outras palavras, apoiar e fortalecer o lado positivo do governo Itamar." Além de enfeitar a substituição de Collor por Itamar, desconhecendo completamente as pressões do imperialismo e do grande capital nacional pela remoção de um governo que já não conseguia dar nem mais um passo na aplicação do acordo com o FMI, especialmente no que diz respeito à reforma fiscal, o PC do B ainda declara que apoiará o governo continuista de Itamar, "em defesa dos interesses nacionais". A posição do PC do B não é apenas de apoio a um governo

O Estado nacional é colocado a serviço de tais interesses antinacionais e antipopulares. Não é por acaso que a cada leilão chove denúncias de subavaliação da empresas estatais, que são praticamente doadas ao capital parasitário. Sem dúvida, o amplo controle pelo grande capital da produção do aço, da petroquímica, fertilizantes, e logo mais do petróleo, energia e da telefonia, fortalecerá a penetração imperialista no país atrasado e semicolonial, como é o Brasil.

A desestatização é parte do aumento da opressão nacional, implementada nos últimos tempos em função da crise estrutural do capitalismo mundial. A política proletária sai em defesa do estatismo como forma de luta antiimperialista e anticapitalista. Por isso, juntamente com a defesa do estatismo, levantamos a bandeira do controle operário da produção. A forma de desenvolver esta luta é ocupando as fábricas.

O êxito do governo em implantar o plano de desestatização está na razão direta da capitulação do PT e das direções sindicais burocratizadas. Para obscurecer sua responsabilidade, os burocratas pelegos têm se limitado a alguns protestos inócuos.

Para se barrar a marcha privatizante, é necessário levantar uma frente revolucionária antiimperialista, que congregue a maioria nacional oprimida contra os planos neoliberais. Somente um movimento generalizado de todo o país, que tenha por base a ocupação e a resistência das fábricas contra as privatizações, poderá quebrar a espinha dorsal das exigências dos credores internacionais e dos especuladores internos.

burguês, o que já por si só seria incompatível com um partido que se reivindica da classe operária. É a de apoiar um governo burguês que encarna a linha do imperialismo de destruição das forças produtivas (recessão, baixos salários e desemprego) e de entrega nacional (privatizações, abertura do mercado interno). A tática de apoiar as medidas positivas e criticar as negativas é típica de partidos parlamentares e não do partido da revolução proletária. A classe operária e as massas oprimidas, para enfrentar a opressão nacional e social, necessitam de total independência política em relação à burguesia, seu governo e partidos. O PC do B, ao alimentar ilusões no governo antinacional e antipopular (talvez mais suas que das próprias massas) contribui para sustentar a dominação burguesa e a sangria do país pelo capital estrangeiro.

Quércia se safará da CPI

QUE AS MASSAS JULGUEM OS CORRUPTOS ATRAVÉS DOS TRIBUNAIS POPULARES !

O ex-governador de São Paulo Orestes Quércia conseguiu se safar da CPI que investigava a privatização da VASP. Apesar de todas as provas materiais apresentadas, a CPI controlada pelo PMDB inocentou Quércia. As provas de que a venda da VASP não passou de um negócio entre amigos e que seus reais donos seriam Quércia e PC Farias eram contundentes. Com menos evidências, chegou-se ao impedimento de Collor. Por quê?

Porque essas Comissões Parlamentares de Inquérito estão sob o controle das frações mais poderosas da burguesia no Congresso, no caso o PMDB. Quando o PMDB passou a defender a saída de Collor é que a CPI chegou a expor toda a corrupção da quadrilha do Planalto. Mas quando o investigado foi o seu presidente, o PMDB impôs um relatório que inocentou Quércia.

De nada adiantou o PT, PSDB, etc baterem o pé.

Essas CPIs só servem aos interesses das frações burguesas em choque. Não se movem de acordo com a pressão popular ou com princípios "éticos", mas de acordo com os mesquinhos interesses burgueses. Jamais a burguesia julgará de fato a si própria.

Para julgar realmente a corrupção, mas não só ela, também a opressão, a fome que nos é imposta, o assassinato de crianças e todos os outros crimes da burguesia e de seu governo, é preciso colocar as massas para fazê-lo, através de sua ação direta. Defendemos que os Tribunais Populares, forjados pelos organismos de luta das massas e não apenas representações teatrais, julguem e punam a burguesia corrupta e seu governo.

FLEURY, ASSASSINO ABSOLVIDO PELO PARLAMENTO CORROMPIDO

No dia 03/12, a CPI da Assembleia Legislativa aprovou por ampla maioria e deu por encerrada a discussão do relatório elaborado por Vicente Botta (PSD), que considera "excessos na ação policial" e não cita culpados e nem graus de responsabilidade pelo massacre ocorrido na casa de detenção. Dessa forma, conclui "que cabe aos inquéritos instalados pelas Polícia Militar e Polícia Civil indicar os responsáveis".

Assim, além de não admitir que houve um massacre, considerar corretos os espancamentos e assassinatos dos detentos desarmados, transfere a apuração dos responsáveis aos próprios espancadores e assassinos diretos.

Não há como isentar o fascista Fleury por esse massacre, pois o próprio relatório do CDDPH (Comissão de Direitos da Pessoa Humana), entregue ao ministro da justiça, mostra que a Polícia Militar Paulista mata 42 vezes mais que a Polícia Militar de Nova Iorque, concluindo que houve massacre e responsabilizando indiretamente Fleury. Até na França, quando foi pedir empréstimo ao FMI, Fleury foi recebido com ato de protesto contra a chacina.

Esse resultado inocentando Fleury já era esperado, uma vez que a CPI instalada é composta pela maioria dos partidos burgueses PMDB, PTB, PFL, PSD e portanto, é parte do parlamento corrompido, representante da burguesia opressora. Por isso não pode julgar-se a si própria.

A profunda crise capitalista tem desagregado as famílias trabalhadoras, jogando milhares de assalariados na miséria, na marginalidade, com o arrocho e o desemprego.

A burguesia não tem solução para as crises sociais decorrentes da crise econômica que se aprofunda, por isso está obrigada a exterminar fisicamente uma parte dos marginais, criados por ela mesma.

O julgamento com a punição devida para os mandantes e assassinos deverá ser feito pelos próprios assalariados, através dos tribunais populares, formados a partir das assembleias sindicais, populares, etc.

Cabe à CUT denunciar essa CPI fraudulenta e iniciar a campanha pela formação dos tribunais populares.

Em defesa da ocupação de terras da Usina Massauassu

No dia 19 de outubro, por volta de 900 pessoas, ocuparam as terras litigiosas do engenho Araubá de Baixo de propriedade da Usina Massauassu, no município de Escada em Pernambuco.

Essa Usina estava já falida e fechada há mais de dois anos. O proprietário deve ao governo do Estado e ao Banco 500 bilhões de cruzeiros. Mesmo assim, o governador não conseguiu expropriar suas terras.

A maioria dos trabalhadores rurais que ocupou a área é proveniente dos engenhos da região, que não consegue trabalho fixo desde que essa Usina parou de moer. Os outros ocupantes vieram devido os baixos salários, que têm inviabilizado a sobrevivência mínima. Portanto, foi a fome e a miséria que empurram esse grande contingente de trabalhadores a ocupar essas terras abandonadas.

O governador de Pernambuco tem feito promessas de desapropriação de 881 hectares desse engenho para o assen-

tamento dos ocupantes. Porém, até agora nada de concreto. O que há de verdadeiro é que o proprietário colocou pistoleiros na área e move uma ação na justiça para o despejo.

A ocupação e a resistência constituem a defesa da vida dos trabalhadores rurais, vítimas da miséria e do desemprego que assola o Nordeste. Aos ocupantes não há outra saída senão resistir à ação de despejo. Não há que confiar nas promessas do governador, pois se quizesse já tinha motivos de sobra para tomar as terras do proprietário que não paga os impostos. Desapropriar a terra sem indenização é o mínimo que se exige do governo para um empresário que já deve mais de um bilhão de cruzeiros.

O Comitê contra as condenações e prisões políticas de Diadema apoia a luta dos trabalhadores rurais do engenho Araubá de Baixo e chama os sindicatos, a CUT e movimento popular a se solidarizarem efetivamente na resistência dos ocupantes.

MORRO DO SAMBA PODERÁ TER NOVO CONFLITO

As 311 famílias que ocuparam a área particular no carnaval de 1990 estiveram para ser despejadas logo após o conflito da V. Socialista. A organização dos trabalhadores independente, levantando o método da auto-defesa aliado a todo movimento de apoio que se formou, bem como a possibilidade de um novo confronto como ocorreu na V. Socialista, fez com que o governo do Estado assinasse o decreto 33.219 de 30.04.91, considerando a área de interesse social para fins de construção de conjunto habitacional. Esse decreto suspendeu o despejo apenas temporariamente, uma vez que o governo se propõe a remover o pessoal do Morro do Samba para os apartamentos em construção dentro da área da V. Socialista.

Os moradores não querem abandonar suas casas construí-

das de alvenaria, pois o governo se nega a indenizá-los e propõe que os apartamentos sejam pagos em 25 anos.

Ocorre que esse decreto de interesse social caduca em 2 anos, isto é, perderá a validade em 30.04.93, colocando assim novamente a ameaça de despejo.

Os ocupantes estão se organizando e pedem o apoio de todos, pois morar é um direito básico e a ocupação foi a forma encontrada para as famílias sobreviverem e criarem seus filhos, diante dos aluguéis que não conseguem pagar. A resistência faz parte dessa luta.

Por terra e teto para todos!

ENCONTRO DOS MENORES DE RUA COM MINISTRO DA JUSTIÇA

No dia 20.11, em Brasília, cerca de mil crianças e adolescentes que participaram do terceiro encontro dos meninos e meninas de rua, fizeram uma passeata contra o não cumprimento do Estatuto da Criança, os assassinatos de menores de rua no país e a impunidade. Em seguida, numa comissão formada por menores de rua, 4 crianças holandesas e a deputada

Maartje van Putten, do parlamento europeu, dirigiram-se ao ministro da justiça para levar várias reivindicações, sendo as principais: escolas, atendimento nos postos de saúde, medidas contra a AIDS e a mortalidade infantil, apuração dos assassinatos de vários menores que participavam do movimento, etc.

Como conclusão, o Ministro da Justiça, o único a receber os menores, prometeu estudar os fatos através de um órgão criado para isso, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança.

É claro que o governo sabe que existem no Brasil mais de 7 milhões de crianças e adolescentes que são menores de rua e que muitos são assassinados diariamente, pela polícia e pelos grupos de extermínio. Por isso, o Estatuto do Menor não passa de mais uma carta de intenção.

Diante da profunda crise econômica, o número de menores de rua vem aumentando diariamente, à medida que a burguesia paga um salário mínimo de CR\$ 522 mil e joga milhares de famílias trabalhadoras no desemprego. A existência dos grupos de extermínio é uma manifestação natural do capitalismo decadente.

A solução desses problemas depende do movimento operário. Por isso é preciso que o movimento operário tome o problema em suas mãos, numa campanha nacional de luta em defesa do salário mínimo real, do emprego, do teto e terra para todos, etc., como parte da luta anti-capitalista.

Têxteis: — Campanha Salarial

Logo após a campanha salarial a diretoria do Sindicato vem com toda a pompa dizer que conseguiu zerar as perdas, que conseguimos aumento real e que vencemos a lei salarial do governo. Será?

Os pelegos disseram que o reajuste é de 1.295,83%. Porém é sobre o salário de novembro do ano passado. O que significa um reajuste de míseros 100% com relação ao nosso último salário. O tão falado aumento real não passa de 5% para uma inflação de 25% ao mês. Isso não dá nem para uma semana. Se o governo reajustar o salário mínimo para 100 dólares, o nosso reajuste ficará defasado, muito atrás de outras categorias que também estavam em campanha salarial nesse período.

A burocracia sindical também se gabou de ter conseguido a antecipação bimestral para as faixas que ganham até 10 salários mínimos, o que na realidade já vinha sendo praticada na maioria das fábricas têxteis, uma vez que se tornou impraticável o reajuste quadrimestral do governo com uma inflação de mais de 25% ao mês. Na verdade, a única forma de proteger os salários é a implantação da escala móvel de reajustes, que quer dizer reajustes automáticos de acordo com a inflação.

É importante verificar que a tática utilizada de fazer greves isoladas em algumas fábricas da categoria ao invés de se fazer um movimento que potenciasse a união dos trabalhadores, numa grande greve geral da classe, com certeza teríamos um reajuste melhor do que este.

A direção do sindicato acha que somos tontos. Utiliza a colônia de férias e o campeonato inter-fábrica para distrair a atenção dos reais problemas da categoria, principalmente o arrocho salarial e o desemprego.

Para evitar que a cada ano continuemos a lamentar os péssimos acordos assinados pelos pelegos, é preciso organizar uma direção classista. Uma direção enraizada nas fábricas, que tenha por base a organização das comissões fabris, formando uma verdadeira organização inter-fábrica. Só assim poderemos enfrentar a superexploração do trabalho e a opressão patronal dos têxteis, que é violenta.

Têxteis: doenças profissionais

Se não bastasse a necessidade de lutar contra o desemprego e os baixos salários, temos ainda de enfrentar o crescente surto de doenças profissionais, que atebentam com a saúde e a vida dos trabalhadores.

Os patrões costumam dizer que as fábricas são seguras e que os operários estão bem protegidos. Na verdade os produtos tóxicos, aliados às más condições de trabalho, como o excesso de ruídos e iluminação inadequada, trabalhos repetitivos, levantamento de pesos, etc acabam provocando sérias doenças.

Em seções como a preparação, rings, a fiação em geral, tecelagem provocam grandes lesões auditivas devido aos ruídos. Sem que os operários saibam, a alta vibração causa pressão alta (hipertensão), dores de cabeça crônicas, irritação constante, podendo causar abortos, como ocorre frequentemente com as operárias têxteis.

Os patrões procuram enganar comprando plugs e fones abafadores. Entretanto, os melhores fones só absorvem 40% do barulho. Quanto à vibração não surtem nenhum efeito, pois esta penetra pelo corpo todo, sendo absorvida pelos ossos. O que causa sérios danos à saúde (inclusive úlceras e gastrites).

Outro problema comum acontece nas tinturarias com os corantes a base de anilinas ou de tintas escuras (onde existem chumbo e outros metais pesados), provo-

cando problemas gastro-intestinais e neuropsicológicos (reflexos lentos, falta de memória).

A contaminação com chumbo pode se dar também com aqueles que trabalham na solda, principalmente de estanho.

Nas seções onde fazemos muitas vezes a mesma operação, chamado de esforço repetitivo, podem aparecer problemas nos músculos (tenossinovite nos tendões da mão, bursites nos ombros, etc.), que senão tratados logo não terão mais cura.

Com todos esses problemas, o trabalhador têxtil em pouco tempo se torna sucata humana. Enquanto isso, os capitalistas se enriquecem cada vez mais explorando nossa força de trabalho. A direção do sindicato, da mesma forma que não organiza os trabalhadores para lutar contra o desemprego e a carestia, também não mexe uma palha para combater as doenças profissionais. As Cípas, por sua vez, na sua maioria são controladas pelos patrões e nada fazem. É necessário que organizemos verdadeiras comissões de fábrica que mobilizem unitariamente os trabalhadores contra toda essa situação.

Companheiros, participe da campanha da oposição têxtil contra o desemprego e o arrocho e em defesa das condições de trabalho.

Defender o ensino público e gratuito na PUC São Paulo

A greve de 60 dias na Pontifícia Universidade Católica expôs a principal contradição do ensino privado. Os estudantes devem pagar altas mensalidades e professores/funcionários têm de arcar com a superexploração do trabalho (arrocho salarial). Os custos da educação aumentaram muito acima das condições de pagamento de uma camada da classe média assalariada, que vem se arruinando juntamente com a crise econômica capitalista.

No passado, a PUC era tida como uma exceção no quadro das universidades e faculdades particulares. De um lado, cobrava as mais baixas mensalidades, de outro mantinha uma qualidade de ensino relativamente superior. Mesmo quanto às condições de trabalho, chegou a se diferenciar pela contratação de horas de trabalho, mais favorável do que o contrato espoliador da hora/aula, objetivando inclusive a adoção do tempo exclusivo de trabalho do professor, o que não chegou a ser implantado.

Estas vantagens que serviram para obscurecer o papel da Igreja de sustentação do sistema privado de educação foram desfeitas com a explosão da crise financeira da Instituição. Ocorre que a Fundação São Paulo e as Reitorias pretendiam recuperar o sistema de subsídio governamental. Na gestão do Reitor Wanderley, se procurou implantar o chamado sistema misto de gestão privado e estatal. Uma forma de disfarçar o carreamento de verbas públicas para a Universidade Católica. No mesmo período, uma parcela de professores, funcionários e estudantes desencadeou um movimento pelo ensino público e gratuito. Em plebiscito, a grande maioria se posicionou favorável à estadualização da PUC em contraposição ao sistema misto. Entretanto, nenhuma das posições pôde avançar.

Depois de um breve período de equilíbrio financeiro artificial, a greve de 60 dias fez ressaltar a velha contradição. Ou a PUC será amplamente mercantilizadora, tornando-se uma empresa lucrativa, à base de altas mensalidades e arrocho salarial, o que inclui fechamento de cursos deficitário do ponto de vista empresarial, ou se transformará numa Universidade pública e gratuita. Setores privatistas argumentam que os estudantes pagam uma mensalidade muito baixa, considerada do ponto de vista do mercado, chegando a comparar com as mensalidades do grau médio que estariam bem acima das da PUC. Para eles, não importa que uma parte dos estudantes não tenha condições de pagar e não importa também o fato

do valor de mercado das mensalidades estar determinado pela alta lucratividade empresarial. Mais do que isso não importa que o acesso à educação se torna cada vez mais restrito às camadas mais altas da classe média e à burguesia. Se este problema já é grave no grau médio, ao nível universitário é simplesmente catastrófico.

A crise da PUC é parte da crise do sistema nacional de educação do país. O Estado vem se livrando da responsabilidade de financiar a educação pública e o fortalecimento do sistema privado tem se encarregado de mercantilizar a educação a ponto de se tornar um privilégio aristocrático. Não é por acaso que a Fundação São Paulo, mantenedora da PUC, tem por meta fechar cursos, demitir professores/funcionários, reduzir o quadro de alunos e favorecer os cursos rentáveis, que ainda atraíam estudantes abastados.

Esta política educacional está de acordo com as tendências gerais do Estado burguês, que vem sucateando a escola pública e protegendo o sistema empresarial de ensino. O mais grave de tudo é a incapacidade do setor mais avançado do movimento docente-estudantil compreender esta contradição de base e se colocar abertamente pela bandeira do ensino público e gratuito.

Depois da greve de 60 dias, com um resultado medíocre do ponto de vista econômico e com a elevação das mensalidades acima do admitido pelos estudantes, inclusive com sua utilização pela Fundação para golpear o vestibular, se levantou a campanha por uma PUC grande, de qualidade e democrática, sem se questionar seu caráter privado e sem se colocar a defesa do ensino público e gratuito. Isto significa que as lideranças ainda alimentam a ilusão no ensino particular. Não há dúvida de que a mentalidade privatista e conservadora existentes no meio universitário da PUC é um obstáculo. Entretanto, são os fatores da própria crise projetados nessa longa greve que justificam a necessidade de se desenvolver desde já a perspectiva do ensino público e gratuito, sem a qual não se pode amadurecer as condições para uma unidade futura dos três setores (estudantes, professores e funcionários) para enfrentar a ofensiva mercantilista da Fundação.

Os estudantes têm reivindicado a realização de um congresso universitário para o primeiro semestre de 1993, para se tratar do problema da crise. Trata-se de uma iniciativa correta que deverá ser trabalhada sob a ótica da crise estrutural da educação e da defesa do ensino público, laico e gratuito.

Compra de vagas nas escolas particulares

Em fins de novembro o Ministro da Educação Murilo Hingel anunciou que o governo Itamar planeja comprar 40 mil vagas nas escolas privadas do primeiro grau. Trata-se de um sistema já estabelecido denominado Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC). Tal sistema já chegou a subvencionar mais de um milhão de vagas.

O Ministro Hingel objetiva reativar tal mecanismo. Justifica que há um déficit na escola pública de primeiro grau. Segundo o Ministro, seria mais vantajoso aplicar 12 bilhões de cruzeiros do orçamento (hoje valendo 93 bilhões) para compra de vagas do que abrir novas escolas. O cálculo de que o custo do aluno na rede CNEC é de 190 mil por mês, enquanto na rede pública o custo chega a três milhões, mal dá para disfarçar a intenção de fortalecer os

empresários do ensino e enfraquecer a rede estatal.

A verdade dos números é bem outra. "Na cidade de São Paulo um aluno custa à prefeitura 426 mil mensais. Na rede privada os pais pagam em média mensalidades de um milhão" (Estado de São Paulo). Segundo outros cálculos, o governo Federal poderia abrir 50 mil vagas permanentes, com muito menos do que pretende gastar com as 40 mil no ensino particular.

Fica evidente a orientação contrária ao ensino público e gratuito do governo de Itamar. Há que se responder com a campanha nacional em defesa da escola única, pública e gratuita. A forma inicial de solução da crise da educação começa não por comprar vagas mas sim confiscar a rede privada de ensino em favor do acesso dos trabalhadores à educação.

Fortaleza

Eleições para o DCE da UECE O significado da vitória estalinista

As eleições para o DCE da Universidade Estadual do Ceará, ocorridas no início de novembro, deu a vitória proporcional para a chapa do PCdoB ("Pro que der e vier") (7 diretores) e do PT ("Alguma coisa está fora da ordem") (7 diretores). A chapa "Liberdade e Luta", composta por membros de Causa Operária, PLP e outros agrupamentos, ficou com 5 diretores.

Esta composição demonstra que se dará uma aliança entre os estalinistas do PCdoB e os socialdemocratas do PT, que dirigirão de fato o DCE. Resta-nos saber se a oposição Liberdade e Luta será capaz de se diferenciar político e praticamente. Isto implica numa luta sem trégua contra as posições pró-burguesas da maioria da direção e um trabalho sistemático de mobilização da base estudantil.

Pelas posições eleitoreiras de Causa Operária, fica-nos a dúvida da capacidade de ação cotidiana na organização independente dos estudantes contra o estrangulamento socialdemocrata e estalinista do DCE. Entretanto, somente os fatos comprovarão tal temor.

O tremendo esvaziamento do processo eleitoral, que obrigou a se adiar as eleições por duas vezes, e o desinteresse das bases em relação aos debates políticos demonstram o caráter superestrutural das chapas e a ausência do trabalho orgânico no seio estudantil.

Passadas as eleições, permanecem colocados problemas centrais como a resistência ao sucateamento da UECE, ao objetivo de privatização do governo Ciro Gomes, ao pagamento de taxas que se elevaram violentamente, a ausência de quase uma centena de professores e à meta de fechamento de cursos de humanas, considerados secundários. A luta pela autonomia universitária terá um destaque, como parte da defesa do ensino público e gratuito.

Crítica programática às chapas

Sem dúvida, uma linha dividiária separou a chapa "Pro que der e vier"/ "Alguma coisa está fora de ordem" da "liberdade e Luta". O PT e o PCdoB estão aliados no apoio crítico ao governo de Itamar, que nem de longe rompe com a linha neoliberal de Collor. Enquanto que Liberdade e Luta conclama a não confiar no governo burguês.

Entretanto, há um ponto central na plataforma de Liberdade e

Luta que a caracteriza por posições pequeno-burguesas democratizantes. Convoca os estudantes a lutarem contra Itamar com a bandeira de convocação de eleições gerais. Assim se pronuncia: "Fazemos um chamado à juventude, particularmente aos estudantes e bravos lutadores da UECE a se juntarem conosco na luta por eleições gerais já..."

A chapa refletiu as posições democratizantes do esquerdista Causa Operária que formulou, frente à crise do regime político, a bandeira de dissolução do Parlamento e convocação de eleições gerais, para resolver o impasse criado com o escândalo da corrupção de Collor. Por essa visão, a bandeira do "Fora Collor" foi condicionada pela solução democrático-burguesa de convocação de eleições gerais, o que quer dizer que Causa Operária não se colocou no terreno da via revolucionária de derrubada do governo burguês, por isso foi incapaz de assinalar a campanha do POR pela convocação dos Tribunais Populares.

Ao mesmo tempo, a chapa oposicionista Liberdade Luta fantasia os acontecimentos ocorridos com o impeachment, ao caracterizar na plataforma que houve uma derrubada do governo como produto da intensa mobilização popular, quando na realidade as pressões populares estiveram canalizadas por uma das frações burguesas empenhada no afastamento constitucional e pacífico de Collor.

Este dimensionamento incorreto da pressão popular e seus resultados são consequências das posições democratizantes de Causa Operária. O conjunto dessas posições explica porque Liberdade e Luta não colocou claramente a estratégia política do proletariado para o movimento estudantil, que é a defesa da revolução e ditadura proletárias. Nem de longe levantou as tarefas ant imperialistas, sem as quais a defesa da autonomia universitária e do ensino público e gratuito se tornam pura demagogia.

A aliança operária-estudantil não pode ser omitida em hipótese alguma na luta pela direção e no combate ao estalinismo e a socialdemocracia petista. Construir uma nova direção para o DCE significa desenvolver a política proletária no meio estudantil e não a política democrático pequeno burguesa, como se caracteriza a plataforma de Liberdade e Luta.

Congresso da CNTE

No início de janeiro será realizado o Congresso da CNTE. A Corrente Proletária na Educação inscreveu a tese "Educação em Luta". Apresentaremos um problema central da tese, que é a questão educacional:

A falência da educação no Brasil tem sua raiz na profunda crise econômica que assola o país. Diante do avanço da recessão mundial, a escola só pode refletir o bloqueio do desenvolvimento das forças produtivas. Nos países semicoloniais, como o Brasil, as consequências são brutais, devido ao atraso econômico ao qual estão submetidos. Assistimos à marginalização crescente da população ao acesso à escola. Não é por acaso que há 30% da população economicamente ativa com no máximo 2 anos de

escolaridade. Fato que se agrava quando verificamos que a taxa de analfabetismo no campo chega a 50%.

A política neoliberal do governo tem como objetivo a privatização dos serviços públicos (saúde e educação). O governo, para atender as metas impostas pelos credores externos, se vê obrigado a reduzir os gastos com a educação. Consequentemente excluindo, ainda mais, uma grande maioria da população, abrindo o caminho para os setores privados e beneficiando as camadas sociais mais privilegiadas.

Como se vê, a escola pública, gratuita a todos se torna incompatível com a política recolonizadora dos países imperialistas. Os governos nacionais ao aplicarem o liberalismo econômico entreguista e antinacional

encarnam a via da destruição da escola gratuita. A recessão (fechamento de fábricas e desemprego em massa) e o atropelo salarial (salário mínimo por volta de 60 dólares) empurram, necessariamente, grandes contingentes de jovens e crianças para fora da escola. Permanecer na escola por vários anos se tornou um luxo para os filhos de camponeses pobres, operários e trabalhadores desempregados. Portanto, um país em profunda crise econômica só pode ter uma escola decadente. Para que formar mão de obra se não há emprego? Para que servem as descobertas científicas se não aplicabilidade? Como permanecer horas e anos na escola se a sobrevivência fala mais alto?

A burguesia nacional e seus governos

são incapazes de superar esses graves problemas educacionais. Limitam-se a reformas administrativas e pedagógicas sem contudo tocar em sua raiz. Inúmeros projetos de escola já foram criados, como por exemplo, os cieps, ciacs, escola-padrão, cefam e ciclo básico, mas já nasceram fracassados enquanto possibilidades de eliminação do analfabetismo, evasão escolar e repetência. Essas reformas, na sua grande maioria, financiadas pelo imperialismo (Banco Mundial, BIRD), trazem embutidas as metas propostas pelos credores. São, portanto, de caráter extremamente restritas a uma parcela minoritária da população e atendem às necessidades de manter a escola separada do objetivo de produzir o conhecimento científico vinculado à produção social.

Os reformistas (petistas) ludibriam os trabalhadores com as emendas aos projetos privatistas do governo. Os enxertos propostos à LDB por parte da burocracia sindical e pelo PT atestam o compromisso com a manutenção e aplicação do neoliberalismo. Cumprem o papel de amenizar os efeitos mais duros de tal política. Colocam-se contra a extinção da rede privada de ensino e, por outro lado, não querem que o governo continue subsidiando aleatoriamente o ensino mercantilizado. Procuram unicamente estabelecer regras de utilização das verbas públicas na rede privada. Ao não tocar no ensino particular, em nome da liberdade de escolha, colaboram com o capital em detrimento da escola pública e gratuita e das massas.

A defesa de único sistema escolar, fi-

nanciado pelo Estado, e com a autonomia integral de ensino é parte da luta em defesa do estatismo (não privatização das estatais, não abertura do mercado nacional ao capital estrangeiro, etc), por isso se choca com a conduta dos reformistas e da burguesia nacional, incapazes de levar a fundo a luta antiimperialista. A educação é um elemento integrante da política liberal entreguista do governo e, desta forma, inseparável da defesa das empresas estatais e dos serviços públicos gratuitos.

A criação de uma só rede de ensino estatal é a forma de estender a todas as classes sociais, sem nenhuma discriminação, o acesso à escola. É a forma de se opor radicalmente à mercantilização da educação e tirar das mãos dos setores privatistas, inclusive religiosos, o destino do ensino. Por isso, nos colocamos contra a LDB que assegura a permanência da rede privada e isenta o Estado do papel fundamental de manter economicamente o ensino.

Das mãos do governo, Parlamento e dos partidos burgueses não teremos uma escola nova, diretamente vinculada à produção social. A farsa da escola-padrão de Fleury, os Cieps de Brizola e os Ciacs de Collor atestam a incapacidade dos governos de superarem a falência do ensino. Não resolvem porque não podem se opor à contradição fundamental da sociedade capitalista, ou seja as forças produtivas coletivizadas e a apropriação privada. Por isso, dizemos que o acesso a todos a escola está diretamente vinculado a luta contra a exploração do trabalho.

As reivindicações democráticas de es-

cola única, gratuita, laica e autônoma é a luta pelo salário mínimo real a todos os trabalhadores se constituem num meio de mobilização das massas oprimidas para impor derrotas ao governo antinacional. É da experiência concreta que os educadores, pais e alunos elevarão o grau de consciência e organização para liquidar o regime responsável pela destruição dos serviços públicos. É desta maneira que a luta de classes atua no campo da educação. Isso é, as mudanças radicais no ensino dependem das transformações que tenham lugar na luta de classes. A necessidade histórica de transformar totalmente a escola corresponde a mesma da superação da sociedade dividida em classes, ou seja, é parte da revolução proletária. É desde já que lutamos por concretizar essa escola e é no bojo da mobilização geral que iremos impô-la.

Nesse sentido, é que defendemos a escola única, a extinção da rede privada de ensino sem privatização, nenhum convênio com as empresas privadas, nada de compra de vagas pelo governo no ensino particular, total financiamento pelo Estado, acesso a todos à educação, melhorias nas condições de trabalho e ensino, autonomia integral (somente os pais, alunos e educadores podem decidir sobre a educação) e uma escola onde não haja a separação entre o manual e o intelectual, vinculada diretamente à produção social. A conquista dessas reivindicações implica a derrota da política neoliberal do governo e a conduta tímida dos reformistas.

POLÊMICA

Convergência Socialista (CS)

Qual é sua verdadeira política?

No seu jornal de 3/12, a CS critica o Programa de Emergência do PT, proposto como base de negociação política com o governo Itamar. Com toda razão afirma que o PT "se une ao discurso neoliberal mais reacionário para defender que o arrocho salarial o funcionalismo é necessário...". Em seguida, indignada, diz "Agora, para a vergonha dos petistas, é Lula quem propõe as Câmaras Setoriais como organismos permanentes de gestão da crise, destruindo a independência dos sindicatos, que seriam cooptados para a administração capitalista".

Esta crítica, para quem sempre venerou o PT e se negou a caracterizá-lo como partido aburguesado, parece ser mais um jogo conjuntural pós-eleições municipais, perante as quais a CS defendeu o voto no PT.

No mesmo artigo, a CS chama os petistas a fazerem como os militantes da CUT pela Base que romperam com o partido quando Lula foi à televisão e apoiou o candidato da família Maia, conhecidos latifundiários do Nordeste. É preciso acrescentar que o mesmo Lula saiu em amores com o reacionário

dono do Globo Roberto Marinho, bem antes das eleições, e a CS nem por isso chamou o voto nulo, rompendo com o PT.

O fato é que por detrás da crítica se esconde a tática oportunista de ora apoiar ora se distanciar. Ninguém deve se surpreender se logo mais a CS não sair com mil elogios para "o governo dos trabalhadores do PT".

Se neste número do Jornal ataca o neoliberalismo do PT e o apoio de Lula aos Mais, duas semanas antes traçou sua linha para as eleições de 1994: "nestas páginas defendemos a necessidade de lutar por um governo de Lula, apoiado nos sindicatos, independente da burguesia, que avance na ruptura com a burguesia e o capitalismo(...)". Apesar de nossas diferenças com o PT, queremos lutar junto aos petistas por um governo de Lula rumo ao socialismo".

Ora, qualquer militante ou trabalhador politizado se perguntaria: como é que a CS em poucos dias passa do apoio a Lula e ao PT, em nome da independência de classe e do socialismo, para a crítica de que Lula é reacionário que apoia a família oligarca dos Mais?

A CS convoca os petistas honestos a romper com o PT e nós convocamos a direção da CS a explicar aos seus militantes sérios onde está sua honestidade, de princípios políticos?

A ETCD DOS TRABALHADORES OU O SUCATEAMENTO E A PRIVATIZAÇÃO

Desde o início da constituição da Empresa de Transporte Coletivo de Diadema (ETCD) se colocou na ordem do dia o controle desta pelos funcionários e usuários. Ocorre que, já nesta época, o prefeito Gilson Menezes de forma autoritária e patronal retirou o projeto da câmara por duas ocasiões, tendo em vista que o movimento popular unificado desta época pressionava os vereadores pela votação do projeto, que criava a empresa sob o controle dos usuários e funcionários.

Para isto se discutiu que a empresa seria dirigida por um conselho deliberativo com poderes de indicar substituir a diretoria da empresa, inclusive o presidente. Esta defesa se tornou numa ofensa para o então prefeito Gilson, assim como é um crime para o atual prefeito e seus assessores, e aí está o centro do problema. Desta forma, o conselho ficou totalmente figurativo, uma vez que quem manda na empresa é o prefeito e a diretoria indicada por ele e só o prefeito pode demitir esta diretoria. Isso mostra, com clareza, porque o conselho aprovou uma tarifa de CR\$ 3.000 e, no entanto, o prefeito e a direção da empresa impôs os CR\$ 3.500.

Também a forma como são eleitos os conselhos não garante sua independência, pois permite a presença marcante do poderio da máquina da prefeitura e o poder econômico de eleger os representantes em nome da população, como mostra a posição de uma conselheira que defendeu o valor da passagem em CR\$ 6.000, em nome da população e da própria direção da empresa, que diz que a tarifa real seria de CR\$ 4.200,00.

Ora, se o dinheiro da tarifa for para sustentar uma infinidade de chefes, de parasitas, ainda sem que os trabalhadores da empresa e os usuários controlem as finanças (entrada e saída de dinheiro) sem que o prefeito pague a dívida que ele tem com a empresa de CR\$ 10 bilhões, ainda com os constantes aumentos do petróleo, sendo que os salários dos usuários estão congelados, com uma inflação de 25% ao mês. O aumento da tarifa diante desta situação é obrigar os trabalhadores a andar a pé e aumentar a fome dos usuários e seus familiares.

Assim como o conselho delibe-

rativo da ETCD não tem independência com relação ao estado burguês (prefeitura), a comissão de garagem que se está formando não indica que terá a mesma independência, a menos que os funcionários da empresa se organizem em uma fração revolucionária e torne as assembleias soberanas.

Vejamos. Faz mais de 6 meses que a assembleia elegeu uma comissão provisória para encaminhar a discussão do programa e a eleição da comissão de garagem. Até agora só ficou em reuniões e as lideranças que se colocam na formação desta comissão só andam se a diretoria da empresa e a diretoria burocrática do sindicato permitir. Desta forma, a vontade das assembleias dos trabalhadores de contruírem a comissão fica na dependência do patrão e dos burocratas.

A tarefa colocada

Cabe aos trabalhadores da ETCD se libertarem destas lideranças e construírem uma direção que expresse o interesse do conjunto dos condutores da ETCD e que entre para organizar a categoria como um todo, capaz inclusive de contrapor aos burocratas que dirigem o sindicato, não somente numa luta pelo poder do aparelho, mas sim, para que a vontade instintiva dos condutores se imponha.

Para isso os trabalhadores em assembleia devem escolher os melhores companheiros para compor a chapa para a comissão, bem como marcar prazo para registro dos mesmos e a data da eleição e no máximo comunicar a diretoria da indicação. Assim andar por conta própria, ter vida.

É lógico que, para dirigir a luta e enfrentar os patrões, e os burocratas, é preciso um certo grau de conhecimento e este conhecimento só será possível, se se organizar a fração revolucionária dos trabalhadores da ETCD e dos condutores em geral.

- Pela empresa estatal e sob o controle dos trabalhadores e usuários

- Por um conselho deliberativo que indique e substitua inclusive o presidente da empresa e do qual os funcionários têm que ter maioria.

- Por uma comissão de garagem independente dos patrões e dos burocratas.

Venezuela GOVERNO SOCIALDEMOCRATA EM COMPLETA CRISE

A segunda tentativa de golpe militar realizada em fins de novembro, com um saldo de mais de uma centena de mortos, refletiu o completo esgotamento do governo socialdemocrata de Carlos Andrés Pérez, aliado político de Leonel Brizola.

A Venezuela tem sido elogiada pelo fato de ter preservado a democracia, quando no passado recente a maioria dos países latino-americanos estava sob a tutela de ditaduras militares sangrentas. Agora, entretanto, a desestabilização do regime político é um reflexo da profunda crise econômica e social.

Se no período de 1974-1978, Andrés Pérez ganhou grande popularidade nacionalizando a florescente indústria do petróleo, nesse momento conta com o ódio popular pelo fato de ser responsável pelo violento choque econômico, imposto pelo FMI. Em fevereiro de 1989, nem bem empossava o governo, aplicou um tarifação nos combustíveis e transportes públicos, ao mesmo tempo cortou os subsídios à cesta básica, congelou os salários e liberou as taxas de juros.

Frente à revolta das massas, que saíram às ruas, Pérez lançou o exército sobre os revoltosos, deixando um saldo oficial de 300 mortos. Seu governo está marcado pelo total entreguismo e pela descarada corrupção, a exemplo de Collor no Brasil.

Os militares golpistas reivindicam de posições nacionalistas, por isso têm ganho apoio de uma parcela da população explorada. Entretanto, não o suficiente para sair vitoriosos no golpe. Sem dúvida, a solução para os trabalhadores sacrificados não é a via do golpismo militar, mas sim a da tomada do poder pela classe operária. O problema está na ausência do Partido Operário Revolucionário.

O massacre de fevereiro e as duas tentativas de golpe revelam a profunda desintegração da Venezuela, sem que o proletariado pudesse se projetar com um movimento revolucionário pela transformação socialista do país. A solução da crise de direção é a condição para que a Venezuela não trilhe o caminho das ditaduras sangrentas, que marcam a fogo a história da América Latina.

Clinton favorecerá a América Latina ?

Nas eleições americanas se comprova mais uma vez o fato de que a democracia burguesa é democracia somente para a classe dominante e para as grandes potências, que através de suas instituições estabelecem sua fria ditadura sobre as grandes maiorias. Essa democracia dos poderosos, carregada de fraude e corrupção, se move em meio ao repúdio das grandes maiorias, que compareceram em uma pequena proporção, menos da metade do eleitorado, para "eleger" entre seus carrascos que se colocarão no poder executivo durante um determinado tempo. Ainda que esse repúdio não signifique uma total superação das ilusões democráticas nas massas do país imperialista, está marcado pelo grande levante negro de Los Angeles, que eletrizou grandes setores dos explorados e se propagou imediatamente por todo o país e, inclusive, ultrapassou as fronteiras da metrópole imperialista.

A crise econômica estrutural do capitalismo mundial se manifesta, no momento atual, nos Estados Unidos, como a recessão mais aguda desde a crise de 1929, situação que tem obrigado a centrar toda a campanha eleitoral nas soluções que colocam os candidatos. No futuro imediato, a convulsão de Los Angeles se entroncará com novas e mais profundas mobilizações dos explorados do norte, pois nos encontramos em uma situação de ascenso das lutas das massas. A ausência de um partido revolucionário da classe operária constitui o problema fundamental que freia e impede o desenvolvimento da consciência de classe, tal como ocorre na grande maioria dos países do mundo.

O que ocorre nos Estados Unidos demonstra que a tal "eternidade do capitalismo" ou que a democracia seja o "sistema mais perfeito", ou que estejamos vivendo o "fim da história", etc,

não são mais que conversas propagandísticas para tentar manter em pé um regime econômico-social que está completamente esgotado, que se desintegra aceleradamente em meio a luta cada vez mais aguda com as grandes potências da Europa e Japão.

Para Bolívia e América Latina, o triunfo de Clinton não significa uma mudança favorável por ser como disse Lechin* e a propaganda interessada a um "filho do povo". Continuará e inclusive aprofundará a política imperialista de penetração do capital financeiro, de imposição do neoliberalismo para expropriar a favor da metrópole. Seguirá pisoteando a soberania nacional e continuará a imposição dos planos imperialistas no campo econômico, político e social.

Uma prova disso é a terrível "Lei Torricelli", que tem sido elaborada pelos próprios democratas e que supõe o início de uma guerra de morte contra Cuba, até afogá-la através do cruel boicote imperialista. A "guerra comercial" que começou entre os gigantes imperialistas se traduziu em maior exploração e saque às colônias da América Latina, da parte de seu amo do norte. Contrariamente ao que se crê, os "democratas" não hesitarão em apoiar-se em ditaduras fascistas ou militares, se se trata de defender seus interesses imperialistas.

Por isso os povos da América Latina, dirigidos pela única classe consequentemente antiimperialista, o proletariado, devem preparar-se para expulsar o imperialismo norteamericano, único caminho para alcançar a libertação nacional e social.

* Lechin, J. - Dirigente da Central Operária Boliviana

Extraída do jornal Maseas do POR boliviano, de novembro de 1992.

GATT encontra seu impasse na França

O governo francês, acuado por grandes manifestações de agricultores e pela pressão interna, decidiu se colocar pelo veto ao acordo agrícola euro-americano do GATT, que reduz os subsídios à agricultura. O acordo implicaria numa alta generalizada dos preços da produção francesa, e portanto num benefício aos produtores norteamericanos, que abocanhariam o mercado europeu. A França é o maior país agrícola da Europa e mantém essa condição principalmente pelo apoio estatal.

Os Estados Unidos têm pressionado os países europeus a assinarem o acordo, para poder desafogar sua crise de superprodução, às custas da falência de milhares de agricultores europeus. Os outros países da Europa já mostraram disposição para efetivar o acordo, deixando a França isolada.

O capitalismo em crise não é capaz de resolver o problema da enorme capacidade produtiva alcançada sem destruir massivamente a produção. E faz isto num momento em que mais de um bilhão de pessoas passam fome em todo o mundo.

A crise interimperialista caminha para um confronto cada vez mais agudo. Aposta para a destruição massiva de forças produtivas, seja com a guerra econômica ou, em perspectiva, para o confronto bélico.

É preciso destruir esse sistema para aproveitar a enorme capacidade produtiva e acabar com a fome em todo o mundo. É isso o que fará a revolução socialista, encabeçada pelo proletariado.

Lituânia: os estalinistas continuam no poder

As eleições da Lituânia, ex-República soviética, colocaram no poder do Estado o mesmo Partido que governou o país nos tempos da União Soviética. Os estalinistas obtiveram 80 das 141 cadeiras do Parlamento. O grande derrotado foi o movimento nacionalista burguês, que lutou pela independência do país, liderado pelo presidente Vitaslaus Landsbergis. O resultado mostra duas coisas:

1) Existe um descontentamento com a linha de reconstrução capitalista aplicada pelo governo, que tem resultado em queda violenta das condições de vida da população. Esse descontentamento não é consciente, mas apenas uma reação instintiva contra a atual situação. Se fosse consciente, não se voltaria para a defesa de forças restauracionistas.

2) Os estalinistas, ainda que divididos em várias frações, detêm o controle do aparelho do Estado burocratizado. E insistem em se autodenominar social-democratas e defensores da economia de mercado. Ou seja, confessam que trabalharão pela restauração capitalista.

A ausência de uma direção revolucionária, marxista, permite às frações pró-capitalistas manobrar as massas de acordo com seus mesquinhos interesses de casta. A real melhoria das condições de vida das massas passa pela defesa das conquistas da economia socializada e luta pelo poder político, varendo com a burocracia usurpadora.



34/53
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO IV · Nº 44 · 2ª Quinzena de fevereiro de 1993 - Cr\$ 2.000,00

ABAIXO A MANOBRA BURGUESA EM TORNO DO PARLAMENTARISMO E PRESIDENCIALISMO !

VOTO NULO NÔ PLEBISCITO !

RESOLUÇÃO DO III CONGRESSO DA T.POR SOBRE O PARLAMENTARISMO E PRESIDENCIALISMO

1 O III Congresso do POR considera que as duas variantes da democracia burguesa, parlamentarismo e presidencialismo, são expressões do regime de dominação dos exploradores sobre os explorados, portanto, correspondem à forma estatal da ditadura de classe da minoria capitalista sobre a maioria trabalhadora. Não cabe às massas apoiar nenhuma delas e sim lutar pela estratégia própria da revolução e ditadura proletárias, sem a qual não poderão se posicionar independentemente frente aos capitalistas e seu Estado.

2. A disputa destas duas posições é fruto da divisão interburguesa. Reflete a desagegação do regime político, aprofundado com a bancarrota prematura do governo Collor. Com o parlamentarismo e presidencialismo, os partidos burgueses procuram arrastar os trabalhadores a apoiar o regime de exploração e alimentar suas ilusões no parlamento corrompido até a medula.

3 É falsa a questão de que as massas devem apoiar o parlamentarismo porque é mais democrático e porque nele a vontade popular se impõe frente aos partidos. Não se trata de uma reforma política que redundará em soberania da maioria oprimida, solução dos grandes problemas nacionais e miséria. Conti-

nuarão a predominar as mesmas forças reacionárias vigentes no presidencialismo. Também é falso que os oprimidos devem apoiar o presidencialismo, porque igualmente mantém a ditadura de classe da burguesia. A tutela militar sobre o Estado semicolonial não será abolida e nem poderá sê-la. O poder econômico das oligarquias continuará a mandar e desmandar, com toda arbitrariedade do presidencialismo. Ao imperialismo é indiferente a mudança, desde que se assegure a estabilidade do poder capitalista, para poder continuar a exercer a opressão nacional.

4. Juntamente com as mudanças institucionais propostas com a reforma partidária e eleitoral, objetivam limitar o número de partidos, banir aqueles que não têm poder econômico para concorrer e fortalecer a política oligárquica, com a adoção do voto distrital. Portanto, sequer se trata de aperfeiçoar a democracia burguesa, regime ideal para controlar os trabalhadores. Trata-se, isto sim, de aperfeiçoar o controle do mecanismo do Estado sob o poder da burguesia e dos partidos oficiais.

5. A T.POR se contrapõe a estas manobras e falsificações com a defesa do governo operário e camponês saído da revolução proletária. Denuncia os

demagogos reformistas do PT que giram em torno da órbita dos partidos burgueses e se nutrem do parlamento corrompido. Denuncia também os revisionistas do marxismo que se submetem à democracia burguesa e ao eleitoralismo. Defende as reivindicações vitais e antiimperialistas. Propõe ao movimento operário uma Campanha nacional de luta contra o desemprego e os baixos salários, vinculada às bandeiras de defesa do estatismo, expulsão do imperialismo e terra aos camponeses pobres. Trabalha pela constituição de uma frente revolucionária antiimperialista, que permita aos trabalhadores combater a burguesia antinacional e antipopular e avançar na luta pela destruição do capitalismo.

6. O III Congresso chama os trabalhadores a anularem o voto plebiscitário ou se absterem de votar. Levanta a bandeira de nem parlamentarismo, nem presidencialismo, abaixo o governo capitalista de Itamar, por um governo operário e camponês saído da revolução e ditadura proletárias. Defende que se trata de desenvolver a ação direta das massas contra o Estado burguês, os capitalistas nacionais e o imperialismo. Chama os trabalhadores a se levantarem em todo o país contra a situação de miséria e desemprego.

O QUE FOI O III CONGRESSO DO POR

Realizou-se nos dias 22, 23 e 24 de janeiro o III Congresso da Tendência pelo Partido Operário Revolucionário. Esse Congresso estabeleceu as bases programáticas para a construção do Partido Operário Revolucionário. A aprovação da Resolução Programática significou um avanço na assimilação do significado da revolução proletária no Brasil, bem como a compreensão de que o Partido será o resultado de uma larga penetração no seio da classe operária e camponesa.

A caracterização do Brasil como país capitalista atrasado, oprimido pelas metrópoles imperialistas revela as tarefas democráticas não resolvidas pela burguesia, como a independência nacional frente ao imperialismo, a liquidação da estrutura latifundiária arcaica, estabelecimento de uma ampla democracia e erradicação da miséria.

Por outro lado, a condição de país capitalista, como parte da unidade mundial do sistema de exploração do trabalho, coloca as tarefas socialistas de expropriação dos meios de produção, do grande comércio e do sistema financeiro. As tarefas democráticas próprias do capitalismo atrasado se combinam com as socialistas. Só poderão ser realizadas pela revolução proletária.

A estrutura de classe no Brasil semicolonial revela a necessidade da aliança operária e camponesa, sob a qual o proletariado se constitui na direção revolu-

cionária da maioria nacional oprimida, imprimindo o programa da revolução e ditadura proletárias. O III Congresso indica a partir desta realidade social e econômica a forma de governo a ser materializada pela revolução, ou seja, o governo operário e camponês. Assim, critica e rejeita as variantes revisionistas do marxismo, que levantam a consigna de governo dos trabalhadores, uma fórmula ampla e indefinida de conteúdo de classe, voltada mais para o propagandismo eleitoral esquerdista.

A Resolução do Congresso se coloca plenamente no campo do internacionalismo proletário, levantando o objetivo central de construir em todas as partes o Partido Operário Revolucionário, voltado à organização mundial do proletariado, cuja condição se concentra na reconstrução da IV Internacional. Reafirma o caráter leninista do Partido Revolucionário, que assumirá no Brasil as particularidades próprias do desenvolvimento histórico do proletariado. Sem se avançar na formação do Partido, não será possível transformar as condições objetivas de desintegração do capitalismo e a aguda luta de classes em tomada do poder pelas massas.

No interior dessas questões estratégicas, a Resolução responde ao método da revolução proletária, à utilização da luta democrática como linha auxiliar da ação direta e a obrigatoriedade de se realizar um amplo trabalho no interior

dos sindicatos, extremamente burocratizados e amortecidos pela penetração da política burguesa. Dada as condições de país semicolonial, a luta antiimperialista ocupa um lugar de destaque, sem a qual o proletariado não tem como organizar a maioria nacional oprimida para travar consequentemente a luta anticapitalista.

O III Congresso também aprovou uma Resolução sobre a crise política, em que caracteriza a existência de uma crise de Estado, isto é, de regime político. A partir desta compreensão, aprovou uma resolução de voto nulo no plebiscito sobre parlamentarismo e presidencialismo, em que chama as massas a rejeitarem as manobras de poder da burguesia e a defenderem a bandeira de um governo operário e camponês, saído da revolução proletária.

O seu último ponto de pauta constou de um balanço de atividade, onde se faz as críticas e auto-críticas organizativas, em função da necessidade de aperfeiçoar a militância marxista e desenvolver a linha revolucionária no interior do proletariado e das massas em geral. Assinalou-se a necessidade da T.POR se concentrar na tarefa de formar uma ampla rede de células por todo o país. Para finalizar o Congresso foi lido o Manifesto, aprovado por aclamação.

Viva a construção do Partido Operário Revolucionário!

Realiza-se a reunião semestral do Comitê de Enlace

No final de fevereiro, será realizado mais uma reunião do Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional, no qual participam o POR boliviano, a T.POR do Brasil e o Comitê Construtor do POR na Argentina. Desta vez também estarão presentes o agrupamento chileno de construção do POR e o uruguaio.

A reunião ocorrerá na situação de agravamento da crise mundial. Destacam-se a ampliação do intervencionismo militar imperialista, a guerra comercial entre as grandes potências, o avanço da recessão mundial e miséria dos

trabalhadores e a continuidade do processo de restauração capitalista no Leste Europeu e Rússia.

A crise na América Latina deve ocupar um lugar importante na reunião. Por todas as partes, verificamos a aceleração da desintegração dos Estados nacionais. A ofensiva do imperialismo tem reforçado generalizadamente por todo o continente latino americano a opressão nacional. A aplicação da estratégia mundial do imperialismo de descarregar a crise sobre as semicolônias vem provocando uma catástrofe social de grande vulto.

As rebeliões dos explorados e a reação violenta da burguesia para impor a barbárie imperialista marca as tendências da situação. Responder com o internacionalismo proletário é a tarefa central desta reunião do Comitê de Enlace.

Consideramos muito importante uma avaliação dos resultados do III Congresso da T.POR, do IV Congresso Extraordinário do Comitê Construtor do POR e o Congresso Extraordinário do POR boliviano. Cabe também reforçar o trabalho de construção programática do Comitê Construtor do POR chileno e uruguaio.

CRISE ECONÔMICA: GOVERNO ITAMAR NA ENCRUZILHADA E OS TRABALHADORES ENTRE A CRUZ E A ESPADA

Itamar substituiu Collor com a promessa de pôr fim à recessão e às demissões, bem como reduzir drasticamente a inflação. O que vemos é o contrário. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), órgão do próprio governo, prevê que "a produção industrial deverá apresentar queda acumulada de 8,4% nos quatro trimestres findos em março e de 7,8% nos quatro trimestres findos em junho". E o "Produto Interno Bruto deverá mostrar redução acumulada de 3,3%. Nos 12 meses findos em março e de 3,4% em junho" (estado de S. Paulo).

Por sua vez, a inflação oscilante nos 25% ao mês, acabou saltando para 30% em janeiro. Neste mês, a construção civil demitiu em São Paulo 6,46% de seus trabalhadores, passando de 710.599 para 664.721. Nos últimos 12 meses, houve 180.883 demissões, equivalentes a 21,3% dos trabalhadores ativos. No Rio de Janeiro, somente o setor de construção de casas populares demitiu

6.000 na última semana do mês passado, prevendo até março mais 30 mil. A recessão combinada com a inflação atinge violentamente as massas assalariadas. A miséria, já insuportável, cresce velozmente.

No interior do governo, trava-se a luta entre os defensores de medidas de choque, com pré-fixação de preços e salários, e a ala do ministro Haddad, que procura seguir etapas de ajustes. Com choque, os assalariados pagam; com medidas escalonadas, também. Basta se ver que, com a aplicação do IPMF, os trabalhadores pagarão impostos ao receberem os salários pelo banco e pagarão os repasses inevitáveis dos capitalistas.

Com isso o governo objetiva pagar aos bancos e demais capitalistas agiotas a quantia de 8 bilhões de dólares da dívida interna que vence neste ano, bem como restabelecer o acordo da dívida externa com o FMI, pagando a fábula de juros. Se com essa diretriz o ministro Haddad não

derrotar a hiperinflação, um choque virá, atingindo mais fundos os salários. O FMI exige do governo um plano contundente, que como sempre esmaga as condições de vida da população.

O programa de combate à fome aprovado pelo PT é mais uma das miraculosas demagogias em voga no governo Itamar. Vem nesse mesmo sentido a proposta de se adotar o Plano Solidariedade Mexicano, de Salinas Gostari, que com sua política pró-imperialista tem pisoteado a vida das massas.

O fato é que, se o governo Itamar está entre o choque econômico e o continuísmo da política do ex-ministro de Collor, Marcílio, as massas estão entre a cruz e a espada. É necessário romper com os caminhos impostos pela burguesia. Organizar a luta nacional a partir dos sindicatos. Preparar a greve geral por tempo indeterminado contra o desemprego, a carestia e a miséria. Romper com a cruz e a espada dos exploradores.

FRENTE À MONUMENTAL CRISE ECONOMICA E SOCIAL

Rejeitemos o plano demagógico do PT de combate à fome! Os trabalhadores nada terão a ganhar alimentando esperanças na colaboração do PT com o governo burguês de Itamar. Rejeitemos o modelo do Plano Solidariedade Mexicano! Ele é um instrumento dos poderosos capitalistas para enganar as massas populares e manter a exploração. Rejeitemos as esmolas prometidas por Itamar! Não se põe fim à fome, miséria e desemprego com migalhas que caem das mesas dos exploradores.

Lutemos com nossas próprias forças. Os trabalhadores têm seus próprios planos para impor à burguesia e seu governo:

- 1) Implantação do salário mínimo real, de CR\$ 6.500.000,00;
- 2) Reposição de todas as perdas salariais, desde o governo Collor;
- 3) Implantação da escala móvel de reajuste salarial;
- 4) Readmissão de todos os demitidos e desempregados crônicos, aplicando a escala móvel de horas de trabalho;
- 5) Plano de casas populares, controlado pelos comitês e assembleias populares;
- 6) Fim de todos os impostos aplicados sobre os assalariados;
- 7) Confisco das terras latifundiárias, sem indenização, nacionalização e entrega aos camponeses pobres;
- 8) Estatização sem indenização de setores chaves da produção, como a indústria farmacêutica, de alimentos, de construção civil, metalúrgia, etc;
- 9) Estatização da rede bancária e todo capital financeiro, tornando-o um banco único nacional de fomentação à produção;
- 10) Não pagamento da dívida externa e interna, uma fábula a ser aplicada na produção e erradicação da miséria;
- 11) Estatização do sistema de ensino e saúde, colocados sob o controle da população.

Respondamos nós mesmos à crise

Com esse plano econômico e social, a ser aprovado nas assembleias sindicais, populares e estudantis, podemos organizar nossas forças independentes do Estado, do governo e da burguesia.

Podemos organizar nossas jornadas de luta e nos contrapor aos planos da burguesia impostos de cima para baixo.

Podemos preparar o terreno para a conquista do poder, implantar o governo da maioria oprimida, o governo operário e camponês (ditadura proletária contra os exploradores), sem o qual nenhuma medida econômica revolucionária se aplicará.

A RESPOSTA TEM DE SER REVOLUCIONARIA

A crise capitalista é catastrófica. A miséria das massas é violenta. O atraso do país se aprofunda. O imperialismo avança em seu poder de exploração. A burguesia e seu governo só tem a oferecer a barbárie. Basta que olhemos livremente a realidade para saber que é necessário organizarmos massivamente para a revolução proletária. Para isso, erguemos a bandeira de Construção do Partido Operário Revolucionário. Trabalhemos pela organização política independente e revolucionária dos explorados. Nesta tarefa está o futuro dos trabalhadores.

Aprovada a Privatização dos Portos, o Plano de Desestatização e o Imposto sobre os cheques, com aval do PT

O governo Itamar conseguiu aprovar 3 pontos importantes do acordo fechado no ano passado por Collor com o FMI. As votações ocorreram depois de acordos no Congresso, com apoio do PT.

Privatização dos Portos

As operações nos portos brasileiros poderão ser controladas por empresas privadas. Na concorrência terão vantagens as empresas estrangeiras, com maior tecnologia e mais capital. Na prática se entregou o controle dos portos, entrada e saída do comércio exterior, ao imperialismo, que será o grande beneficiado. E o fim do monopólio dos sindicatos sobre o carregamento e descarregamento de navios vai abrir caminho para enfraquecer a classe e executar demissões massivas. O controle estatal dos portos era uma norma de caráter nacionalista que preservava o controle nacional sobre o comércio exterior. A perda desse controle submete ainda mais o país ao capital estrangeiro.

O PT fez um acordo para votar a privatização dos portos. Nele, trocou seus votos no Congresso por um projeto de reforma agrária, apoiado pela UDR e que muito se aproxima da chamada reforma agrária da ditadura militar, que não mexe nos latifúndios e na estrutura agrária do país.

Plano de Privatização: Itamar vai mais longe que Collor na entrega nacional

O decreto de Itamar Franco que regulamenta a privatização de estatais aprofunda a linha entreguista de Collor.

Agora, as empresas estrangeiras poderão comprar diretamente até 100% do capital das estatais. Como o dinheiro poderá ser utilizado no pagamento da dívida, na prática o capital estrangeiro poderá comprar estatais e ter o dinheiro de volta com o pagamento dos títulos da dívida pública. O BNDES continua dirigindo o programa, com os mesmos homens que lá foram colocados pelo governo anterior. Estão mantidos os leilões da CSN, Ultrafertil, Petroquímica União e Poliolefinas. E os fundos de pensão foram proibidos de participar do processo, eliminando assim a concorrência deles com o capital estrangeiro, que agora poderá barganhar as estatais a preços ainda mais baixos.

Imposto sobre os cheques: quem pagará a conta é o trabalhador

A aprovação do imposto provisório sobre movimentações financeiras dará ao governo recursos para cumprir compromissos com os credores externos. Trata-se de um imposto que incidirá também sobre todos que recebem salários em banco ou por cheque. Os assalariados são duplamente prejudicados: pagam novo imposto descontado dos salários e pagarão mais caro as mercadorias, porque as grandes empresas repassarão esse novo imposto aos preços.

A votação do PT no imposto faz

recair sobre esse partido a responsabilidade sobre mais esse ataque às condições de vida das massas.

Enfrentar o imperialismo

Para enfrentar o imperialismo que oprime o país é preciso mobilizar todos os oprimidos numa frente revolucionária antiimperialista, com a classe social que ocupa o papel central na produção, o proletariado, à frente. Sem a luta antiimperialista a opressão nacional se aprofundará e a miséria crescerá. A construção de um Partido Revolucionário que defenda essa linha é tarefa central na situação.

Formar os comitês antiimperialista por todo país!

Frente à manutenção por Itamar do Plano Collor de entrega das estatais, chamamos à formação de um movimento antiimperialista de defesa das estatais e de controle operário da produção. Que a CUT rompa imediatamente com o colaboracionismo petista privatizante. Que as correntes de esquerda saiam de sua comodidade verbal e se coloquem pela formação dos comitês antiimperialistas.

Em abril está previsto o leilão da CSN. Façamos um grande movimento contra o entreguismo.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A
DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 575 - AG. CENTRAL - RECIFE - PE - CEP 50001

A REFORMA AGRÁRIA DA UDR

As farsas se tornaram a regra no Brasil. O projeto de reforma agrária aprovado no Congresso é mais uma delas. Contou com o consentimento da UDR até o PT. Não por acaso, o defensor dos latifundiários, ministro da agricultura, Lázaro Barbosa, comemorou o acordo. O projeto, ao invés de atingir o latifúndio, protegeu-o. Fixou um critério de produtividade como fator de avaliação da propriedade para a desapropriação, que jamais permitirá tocar num só hectare dos latifúndios.

A via da reforma agrária pela desapropriação, indenização dos oligarcas, assentamento de famílias e pelo critério que divide as terras em produtivas e improdutivas em si já é uma farsa burguesa, do tipo Estatuto da Terra do regime militar. Com o novo projeto, a farsa se revelou comédia. Os reformistas do PT se uniram com a UDR, sob o comando de Itamar, e chegaram a uma "reforma agrária" favorável aos latifundiários.

Esse acontecimento é mais uma lição que servirá aos explorados, particularmente ao movimento dos sem-terra. Do poder do Estado, do governo capitalista, dos partidos burgueses e da política pacífico-reformista do PT

não sairá nenhuma reforma agrária. É necessário organizar o movimento revolucionário no campo, totalmente independente, o que quer dizer sob a linha do programa da revolução proletária.

As terras serão arrancadas do controle da oligarquia latifundiária pela força das ocupações, resistência, dos comitês armados de auto-defesa e da aliança operário e camponesa. Trata-se de uma luta que afetará de conjunto a burguesia, chocando-se contra o Estado oligárquico, que protege a estrutura arcaica da propriedade da terra e mantém a dependência da massa camponesa ao atraso pré-capitalista e na miséria.

A tarefa democrática de liquidar com os latifúndios permanece vigente. Sob a aliança operário e camponesa em luta contra a burguesia poderá colocá-la na ordem do dia. Caso contrário, é pura farsa governamental e dos reformistas clericais. Abaixo a "reforma agrária" da UDR-PT-Itamar! Pela nacionalização das terras e entrega aos camponeses pobres! Nenhuma indenização! Nenhuma farsa de latifúndio produtivo e improdutivo! Terra para quem produz! Fora os exploradores e parasitas latifundiários!

A CRISE DA CASTANHA NO CEARÁ: QUEM PADECE?

O fato do governo federal autorizar a exportação de 12 mil toneladas de castanha "in natura" gerou uma grande crise no complexo industrial do caju, no Ceará. Isto porque fez subir os preços pagos aos produtores, via de regra condicionados pelos interesses dos industriais. Rapidamente vieram as demissões, de início 1.150. Somente a Cascavel (Cascavel) dispensou 650 operários.

A medida dos capitalistas não pára por aí, mais grave ainda é o quadro de demissões previstas, caso o governo não atenda a reivindicação dos capitães da castanha. Estes reclamam que a maior importadora e concorrente internacional da castanha industrializada, a Índia, se beneficia dos baixos salários pagos, da reduzida carga tributária e dos incentivos governamentais. Ao se aumentar o preço da castanha "in natura", vantajoso para o produtor agrícola, se inviabiliza a indústria do Ceará.

Por sua vez, o produtor reclama dos baixos preços pagos pelo monopólio industrial da região. Isto tem sido um fator de redução da produtividade, uma vez que não se tem como aperfeiçoar a técnica de plantio e seleção. De 600 quilos por hectare, hoje se tem 200 quilos. Verificamos, portanto, que a crise da castanha, um setor fundamental da economia cearense, é provocada em torno da luta de interesses capitalistas interno e externo.

O governo federal, ao autorizar a exportação para a Índia, procurou ao mesmo tempo fortalecer sua política de superávit comercial, necessário para pagar a dívida externa e favorecer o agricultor. Finalmente, a reação dos industriais recaiu e recairá sobre os operários, os verdadeiros atingidos pela luta de interesses. Não cabe aos trabalhadores apoiar nenhuma das frações em luta.

Trata-se de organizar as comissões de fábricas e o movimento contra as demissões. A direção pelega do sindicato é incapaz de denunciar o jogo dos patrões e do governo e se contrapor com luta. Coloca-se organizar a fração revolucionária no interior das fábricas, necessária para que se construa um movimento independente da classe operária. A construção do Partido Operário Revolucionário nas fábricas, formando as células internas, é decisivo para a organização independente dos oprimidos.

**NEM PARLAMENTARISMO NEM PRESIDENCIALISMO
VOTO NULO NO PLEBISCITO**

PARLAMENTARISMO E PRESIDENCIALISMO: OS TRABALHADORES NÃO DEVEM SE DEIXAR ENGANAR

Pela composição das frentes parlamentarista e presidencialista fica clara a divisão da oligarquia reacionária. Os presidencialistas têm à sua frente Marcos Maciel, representante inconfundível da oligarquia latifundiária nordestina, e os parlamentaristas contam com o peso do governador Fleury, vinculado aos interesses da FIESP, ou seja, de setores majoritários do grande capital do Sudeste. O fascistizante Maluf debandou para o parlamentarismo, sob os conselhos do reacionário Delfin Neto. O ladrão Antônio Carlos de Magalhães, governador da Bahia, se negou a participar do ato de lançamento da Frente Presidencialista, acusando de nele comparecer muitos ladrões. Referia-se ao ex-governador Quéricia e ao governador Mestrinho.

O PT, PCdoB e PC (PPS), que se reivindicam da esquerda, fazem coro a uma das frentes. Cada um, a seu modo, atribui propriedades democráticas ou antidemocráticas ao parlamentarismo ou ao presidencialismo. Procuram convencer as massas a votar no plebiscito em uma das possibilidades do regime burguês. Para isso, inventam as mais variadas virtudes da democracia, como se esta não fosse um meio da classe capitalista manter o poder do Estado em crise e o domínio sobre a maioria oprimida. Transformam a luta interburguesa, motivada pela desagregação econômica, em instrumento de controle político das massas.

Se as massas se submetem ou ao parlamentarismo ou ao presidencialismo, estarão auxiliando a burguesia a superar a sua divisão e fortalecendo a burguesia no poder. Não é por acaso que uma das preocupações dos parlamentaristas é a de que a população trabalhadora se mostre indiferente ou rebelde frente à farsa do plebiscito.

A burguesia tem em mente revitalizar seu poder político desmoralizado com as crises governamentais sucessivas. Desta forma, procura introduzir artificialmente entre os trabalhadores a falta opção pela reforma do Estado, que só favorecerá as oligarquias capitalistas.

A divisão do movimento sindical e popular em torno da cisão burguesa é

criminosa. As direções dos sindicatos, CUT, CGT, Força Sindical, UNE, UBES, etc, trabalham a todo vapor para que triunfe uma das variantes do regime político capitalista. Manobram a favor dos interesses da burguesia. Estão se utilizando de tal campanha para desviar as tendências de luta dos assalariados, que não suportam tanto arrocho e desemprego.

Os oprimidos não devem se deixar enganar. Votemos nulo! Denunciemos os sindicalistas vendidos! Exijamos uma campanha nacional de luta contra a miséria, a fome, o governo Itamar e o imperialismo. Defendamos o governo operário e camponês, saído da revolução proletária! Esta é a posição de independência de classe!

QUE DEMOCRACIA?

Em torno de que as massas serão chamadas a votarem no plebiscito de abril? Certamente, do argumento de que o que está em jogo é a democracia. Os parlamentaristas afirmam que será um grande passo superar a instabilidade política do regime presidencialista. Os reformistas exaltam o fato do regime parlamentar colocar o poder político mais próximo das massas populares. Acusam o centralismo totalitário do presidencialismo, exercido por um só homem.

Ao contrário, os presidencialistas analisam que o parlamentarismo reforçará o poder oligárquico, porque colocará o legislativo em posição de maior dependência ainda do chefe do Estado (presidente eleito direto ou indiretamente). Ressaltam que o que há de mais democrático é a eleição direta do Presidente da República e a separação dos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Por fim, denunciam que o parlamentarismo aumentará a instabilidade, devido à ausência de partidos fortes e o marcante fisiologismo.

Assim, todos querem a estabilidade do regime político através da democracia. De que democracia e instabilidade estão falando? Isto é segredo de Estado, de segurança nacional! Não podem revelar aos trabalhadores, que serão chamados a apoiar o parlamentarismo ou o

presidencialismo. A burguesia não pode explicar que se trata da democracia dos exploradores e da instabilidade de seu Estado, uma máquina de oprimir a maioria trabalhadora.

A instabilidade, que chegou ao auge com a bancarrota do governo Collor, é da própria democracia burguesa, que na história do Brasil capitalista atrasado nunca pôde se desenvolver plenamente e nem poderá no futuro. O Estado nacional brasileiro reflete o atraso do desenvolvimento econômico e a submissão do país à economia mundial controlada pelas potências imperialistas. Trata-se de um Estado oligárquico-semicolonial, em que as relações democráticas não puderam alcançar estabilidade devido à impossibilidade do desenvolvimento pleno das forças produtivas capitalistas.

A luta oligárquica pela centralização do Estado e a unidade nacional assegurada pelo poder imperial, totalitário, que marca toda nossa história republicana é uma manifestação da condição semicolonial da economia, limitada pela opressão nacional. Ao não se desenvolver uma poderosa burguesia nacional, enquanto se desenvolveu uma poderosa massa explorada, tendo à frente o proletariado, o atraso e as crises econômicas resultam em constantes instabilidades. Assim, não será com o parlamentarismo ou reformas no presidencialismo que a questão se resolverá. Estamos frente à crise do Estado.

A burguesia necessita que a massa explorada se submeta à sua pseudo-democracia para não lançar mão da ditadura militar, como a de 1964. Ao contrário, a luta para que a classe operária não se submeta a nenhuma das variantes do poder burguês é decisiva para sua formação enquanto classe revolucionária independente. Só assim poderá preparar o terreno para implantar sua estratégia de poder, através da revolução e ditadura proletárias. Só assim poderá implantar a democracia da maioria oprimida contra a minoria opressora. Desmistifiquemos a democracia burguesa! Combatamos o veneno das ilusões democráticas! Construamos o programa e a consciência de classe do proletariado!

CONVERGENCIA SOCIALISTA: A TERCEIRA VIA DO PARLAMENTARISMO

A Convergência Socialista (CS) defende o parlamentarismo em oposição ao presidencialismo por considerá-lo mais democrático. Entretanto, se colocou diante de um grande dilema: como fazer campanha pelo parlamentarismo no plebiscito, se este regime político é encabeçado por Fleury, FIESP e até por Maluf? E como apoiar a ala parlamentarista da burguesia se o conteúdo das "reformas democráticas" não chega ao ponto pretendido pela CS?

Para solucionar o problema, propõe uma terceira via. Ou seja, chama o PT, PC, PCdoB, CUT, etc a formar um "bloco dos trabalhadores" em defesa da "mobilização pela realização de reformas democráticas no Estado e no regime". Estas reformas iriam da implantação "da proporcionalidade direta na composição das câmaras", passariam pela "revogabilidade do mandato" e chegariam "às eleições gerais já", como constam nos artigos "Burguesia prepara uma fraude" e "Mobilizar contra as manobras burguesas" (CS, n. 355). Sob a linha de reforma democrática radical do Estado burguês, insiste na estratégia de um governo dos trabalhadores com a eleição de Lula em 94.

A partir daí conclui: "Com essas condições, apoiamos o parlamentarismo. Do contrário, chamaremos o voto nulo no plebiscito de abril, porque este será uma fraude." Como vemos, a CS sacramenta suas convicções democratizantes de um regime político democrático burguês mais avançado. O fato da "democracia radical" depender da burguesia e seus partidos decadentes, atrás dos quais se enfileiram o PT, PC, PCdoB, direção da

CUT, etc, a CS se vê constrangida em sua tese de "reformas democráticas no Estado e no regime"

Para justificar o voto nulo em abril, chama a formação de um bloco com os reformistas e estalinistas, que certamente não poderá ocorrer nas bases pretendidas pela CS. A diferença entre a TPOR e a CS é total. Chamamos o voto nulo não porque o parlamentarismo não sairá nos moldes democráticos desejados, mas sim porque rejeitamos qualquer forma de regime burguês nas condições de desagregação do capitalismo, na sua fase imperialista, e defendemos a estratégia da revolução proletária. A tarefa revolucionária não é a da reforma democrática do Estado capitalista em crise, que, se fosse viável, fortaleceria o regime burguês, mas sim destruí-lo, o que começa por denunciar e rechaçar as manobras das oligarquias patronais.

PARA QUE FALSEAR?

A CS, para justificar seu parlamentarismo, afirma: "Tradicionalmente, a CS, assim como toda a esquerda, inclusive a Terceira Internacional, sempre defendeu o parlamentarismo em alternativa ao presidencialismo". De qual Terceira Internacional a CS se refere? Se for do Quinto Congresso em diante, da era estalinista, pode ser, mas não dos Quatro Primeiros Congressos, da época de Lenin.

A resolução do Segundo Congresso (1920) desmente a CS. Afirma: "A posição da Terceira Internacional face ao parlamentarismo não é determinada por uma nova doutrina, mas sim pela modificação da função do próprio Parlamento. Na épo-

ca precedente, o Parlamento, como instrumento do capitalismo em vias de desenvolvimento, trabalhou, de certo modo, para o progresso histórico. Mas, nas condições atuais, que se caracterizam pela expansão do imperialismo, o Parlamento converteu-se em instrumento das mentiras, da fraude, das violências e do banditismo a seu serviço; as reformas parlamentares, desprovidas de espírito de continuidade e de estabilidade, e realizadas sem um plano de conjunto, perderam toda a importância prática para as massas trabalhadoras.

E continua: "Para os comunistas, o Parlamento não pode ser de modo nenhum o campo de uma luta por reformas e pela melhoria da situação da classe operária, como em certos momentos da época anterior. O centro de gravidade da vida política atual saiu, definitiva e inteiramente, do Parlamento (...)."

Como vemos, não se trata de optar entre um regime burguês mais democrático que o outro, porque a forma mais avançada da democracia burguesa (o parlamentarismo) entrou em bancarrota na fase imperialista de putrefação do regime capitalista de produção e exploração. O proletariado deve desenvolver sua estratégia própria da revolução, sem a qual não conquista uma posição de independência de classe.

A CS falseia as posições da Terceira Internacional e não é séria quando se socorre do marxismo justamente porque é uma corrente democratizante, não revolucionária. Procura resolver suas crises internas recorrendo à autoridade programática da Terceira Internacional.

CAUSA OPERARIA: A PROCURA DAS ELEIÇÕES GERAIS

Frente à situação de grandes crises, as correntes revelam sua real política de classe. Causa Operária vem fazendo campanha pela bandeira de convocação de eleições gerais desde que se abriu a crise de Collor, continuando sob Itamar e reafirmando diante de parlamentarismo/presidencialismo.

No artigo, "O grande circo nacional", denuncia a farsa da burguesia e conclui chamando à formação de uma "ampla frente de luta pelo voto nulo, pelo governo dos trabalhadores, pela dissolução do congresso e a imediata convocatória de eleições gerais, pelo não pagamento da dívida externa, pelo fim do imposto aos salários, pelo reajuste mensal automático de acordo com a inflação e pelo fim das demissões" (CO, n. 182).

Frente à crise de regime e as manobras da burguesia em torno da reforma política do Estado, CO convoca as massas a reivindicar a dissolução do governo e a eleger um novo. A defesa das eleições gerais significa a permanência do regime político vigente, ou seja, o presidencialismo. Elege-se um novo parlamento e presidente. CO não leva para as massas a bandeira de fim do regime burguês, mas de sua reforma democrática, ou seja, trocar

um congresso corrompido por um outro democrático. Esta seria a virtude de eleições gerais. Assim, o conteúdo da reivindicação de dissolução e eleições só pode ser: o plebiscito é uma farsa, o congresso que aí está é reacionário, votemos nulo no plebiscito e exijamos a dissolução do congresso, seguido de convocação de eleições gerais.

CO não explica, evidentemente, quem dissolverá o congresso e convocará eleições. Não explica também qual é a função da bandeira da democracia formal burguesa nas condições concretas da crise política em que se desenvolve a tendência ao voto nulo entre as massas, como se comprovou nas últimas eleições. Ajudaria a superar as ilusões democráticas, a opor os oprimidos à burguesia revolucionariamente?

Ao contrário, CO se conduz ao democratismo. A estratégia do governo dos trabalhadores, que substituiu a outrora bandeira do governo operário e camponês, reflete esse conteúdo, amplamente desenvolvido quando CO estava no PT, apropriado para situações eleitorais. O conteúdo de classe da democracia pequeno-burguesa se expõe com clareza.

CS E CO SE APROXIMAM NO DEMOCRATISMO

Diz a CS: "Eleições Gerais já, este congresso não tem legitimidade para regulamentar o regime e sistema de governo, nem para alterar a lei partidária e eleitoral e muito menos para fazer uma revisão constitucional."

Diz a CO: "Dar autorização para o Congresso collorido reestruturar a seu gosto o regime é conspirar contra qualquer governo de esquerda, democrático, popular ou operário"

Dia a CS: "A luta por um governo dos trabalhadores, por um governo de Lula, sem patrões e capitalistas, apoiado nas organizações dos trabalhadores, não passa por ficar à reboque do calendário eleitoral do regime ou por apoiar um sistema reacionário, que mais tarde se voltará

contra os trabalhadores."

Dia a CO: "Chamamos os companheiros da Frente Revolucionária, os companheiros da esquerda do PT, (...) a formar já uma ampla frente de luta pelo voto nulo, pelo governo dos trabalhadores, pela dissolução do congresso e a imediata convocatória de eleições gerais (...)."

Na essência, CS e CO convergem para a campanha do voto nulo, eleições gerais e governo dos trabalhadores. CS é mais consequente, defende eleições gerais para eleger Lula. O que diz CO sobre isso? Cala-se. Mas é indissfarsável o vínculo entre eleições gerais, governo dos trabalhadores e Lula para presidência. Esta é a lógica da situação política.

PRO: DEMOCRACIA DIRETA

A corrente do Partido Revolucionário Operário (PRO), atualmente mais organizada no nordeste, opõe à opção do parlamentarismo e presidencialismo a democracia direta, ou seja, as decisões são tomadas diretamente em assembléias e movimentos. O que há de positivo nesta posição é o fato de defenderem a convocação de assembléias populares para se levantar os problemas dos trabalhadores e as formas de luta, assim explicou o representante do PRO na reunião de discussão sobre a Frente Revolucionária de Esquerda. Entretanto, faz do princípio da democracia direta um mecanismo vazio ao não levantar em oposição à manobra da burguesia de parlamentarismo e presidencialismo a estratégia revolucionária de governo operário e camponês, ou seja, da revolução e ditadura proletárias. Por outro lado, se adaptou à armadilha do plebiscito ao reivindicar que na cédula conste a opção da democracia direta. Assim, não reconheceu que o plebiscito é uma farsa burguesa e que está sob seu total controle.

Não tem o menor cabimento, por exemplo, que reivindicamos que na cédula seja colocada a opção do

governo operário e camponês. Isto seria falacioso. Seria a negação do método real da conquista do poder, da revolução violenta. Nossa corrente, o POR, é clara em denunciar os objetivos burgueses de fazer do plebiscito uma forma de arrastar as massas por detrás das divisões da oligarquia.

Sem dúvida, devemos opôr e explicar a democracia direta à democracia burguesa. É uma excelente oportunidade que se apresenta para abrir as discussões entre os trabalhadores. Entretanto, não se trata de levantar a democracia direta das massas como valor em si. Ela é parte integrante, como método de decisão e luta dos explorados, da estratégia do poder da revolução proletária.

Dizemos que não se trata de reformar o Estado burguês, mas sim de destruí-lo através da luta direta, cuja expressão mais alta é a insurreição, a guerra civil contra as forças reacionárias da burguesia. Como vemos, o PRO subtrai o essencial da democracia direta, uma conquista dos oprimidos, que é servir de meio para avançar na revolução. Acaba por limitar o alcance da ação direta e por adaptá-la ao quadro da democracia capitalista.

UNE:

Convocar os estudantes para se posicionarem contra a manobra burguesa

A UNE, União Nacional dos Estudantes, já colocou-se publicamente a favor do parlamentarismo e pretende defender a votação no mesmo no plebiscito. A entidade estudantil é dirigida pelo PC do B, que é parlamentarista.

Assim, os estalinistas colocam a UNE a apoiar uma das frentes burguesas em luta, sem nem mesmo consultar os estudantes.

Atrelar a organização estudantil a qualquer frente burguesa é entregar o movimento estudantil a quem está privatizando e destruindo o ensino público.

Defendemos que a UNE convoque as instâncias de base, com plenárias e assembléias nacionalmente a partir das escolas para que os alunos possam discutir e se posicionar a respeito da manobra do plebiscito.

O POR defenderá nas mesmas a independência do movimento estudantil, contra a farsa do plebiscito, nem parlamentarismo nem presidencialismo, voto nulo!

PT racha na punição a Erundina

A decisão da ex-prefeita de São Paulo Luíza Erundina de aceitar a Secretaria da Administração do Governo Itamar levou o Partido dos Trabalhadores a uma profunda crise. O PT havia decidido que ela não deveria aceitar o convite, mas a decisão foi quebrada. A direção nacional do PT acabou decidindo suspender Erundina por um ano, e ela continua no partido.

O acontecimento obrigou o PT apresentar publicamente uma posição mais definida em relação ao governo, preservando-se ao mesmo tempo para as eleições presidenciais de 94. Ou seja, o PT defende a estabilidade do governo Itamar, apóia suas propostas no Congresso, mas não quer arcar com as perdas eleitorais de ser responsável pelas medidas antinacionais e antipopulares do governo.

Ex-prefeita ataca estabilidade

Antes mesmo de assumir, Erundina mostrou que está mesmo disposta a implementar a política antipopular de Collor, preservada e aprofundada por Itamar: atacou a estabilidade do funcionalismo público, dizendo pretender acabar com ela. A demissão de servidores é exigência do imperialismo para reduzir despesas do governo e sobrar mais dinheiro para pagar os juros da dívida externa. A política reformista conclui sua trajetória aderindo à linha ditada pelo imperialismo.

Sustentando Itamar

O PT, desde o afastamento de Collor, assumiu uma posição de sustentar a governabilidade de Itamar. Foi o PT que indicou o Ministro do Trabalho Walter Barello (que tem em sua equipe no Ministério inúmeros petistas), que aplica o salário mínimo de fome de 59 dólares, disfarçado em 100 dólares e mantém o arrocho salarial do reajuste bimestral. Sua bancada no Congresso jamais declarou-se sequer em oposição ao governo. Ao contrário, recentemente, votou nos principais projetos acertados por Collor com o FMI, mantidos e aprofundados por Itamar, como o ajuste fiscal, a entrega dos portos ou o plano de privatização.

Não foi esse o ponto de discórdia entre o PT e Erundina, entre a maioria e a minoria da direção. Toda preocupação dos petistas está nos prejuízos eleitorais que o episódio e a ação de Erundina no governo trarão à candidatura de Lula nas próximas eleições presidenciais. É por isso que as principais lideranças do PT explicaram que Erundina não quebrou ne-

nhum princípio partidário, a não ser a disciplina. De fato, os princípios do PT são iguais aos dos partidos burgueses: sustentar o capitalismo em crise, o que quer dizer, seu governo.

Integrado ao Estado

O PT se julga próximo de alcançar sua estratégia de chegar ao poder do Estado pela via institucional (democrático-burguesa). Quando o governo Collor entrou em bancarrota, o PT colocou-se pela saída constitucional, ou seja, que mantivesse em pé o regime político e, portanto, a ditadura de classe da burguesia, permitindo que a burguesia pudesse manter em suas mãos a saída da crise governamental. Assumiu assim a responsabilidade pela sustentação do governo Itamar e só não passou a integrar mais abertamente o governo por uma diferença de apenas um voto na direção partidária. A posição de "oposição ativa" não consegue esconder o papel de sustentáculo do governo continuísta. Ao submeter-se a cumprir o papel de instrumento de aplicação da política pró-imperialista, o PT mostra-se completamente incorporado ao Estado patronal. A afirmação de José Dirceu de que a participação no governo será examinada caso a caso mostra que a punição a Erundina não é pela participação no governo em si, consentida desde que não coloque o PT como vidraça nas próximas eleições, mas pela indisciplina às determinações burocráticas da direção.

A disciplina petista: autoritarismo burocrático

Um partido democrático-burguês tem como objetivo ganhar eleições e administrar o Estado burguês. Por isso incorpora militantes indiscriminadamente e usa do autoritarismo burocrático para fazer cumprir suas resoluções. É o que faz por exemplo o PT.

Um partido revolucionário, que luta pela destruição do Estado burguês pela única via possível, a revolução proletária, depende de militantes que defendam o programa operário, abraçado livremente por cada um. Sua disciplina é resultado da compreensão política da necessidade de ter um partido altamente centralizado para enfrentar a centralização da burguesia no poder do Estado. A disciplina revolucionária é espontânea, ou seja, parte constitutiva da consciência de classe e da construção do programa no interior do movimento dos explorados. No partido revolucionário não há lugar para o carreirismo, estrelismo, caudilhismo e corrupção política. As divergências são regidas pelo centralismo democrático, que assegura a mais ampla discussão coletiva e a unidade na ação externa do partido. Um partido eleitoireiro é o oposto. Na cúpula manda uma camarilha. Seu regime organizativo é regido pelos mais diversos interesses de tendências ligadas ao Estado burguês. O que ocorreu com Erundina é a prova de que o PT se tornou um partido fisiológico da política burguesa. É necessário romper com o PT e organizar o POR.

Denunciar o PT às massas

O POR tem defendido que é necessário mobilizar nacionalmente as massas a partir de suas reivindicações mais sentidas para enfrentar o governo antinacional e antipopular de Itamar. O PT, que tem hegemonia na CUT, tem bloqueado a ação dos sindicatos e da central que têm ficado paralisados diante de um dos maiores ataques às condições de vida e à economia do país. A defesa de uma campanha nacional de luta por salário e emprego e para por abaixo o governo continuísta implica também na denúncia do papel traidor do PT no movimento de massas. A crítica estratégica ao reformismo concretiza-se na denúncia de sua ação atualmente francamente pró-capitalista e pró-imperialista. Construir um Partido Operário Revolucionário torna-se necessário mesmo para defender as condições mais elementares de sobrevivência dos assalariados e de suas famílias.

Apesar da burocracia, os operários saem à luta

O movimento operário reage à ofensiva dos patrões de demitir, fechar as fábricas, arrochar ainda mais os salários e, em algumas empresas, atrasar os já minguados salários. Foi o que ocorreu na Seco Tools (SBC) com a demissão de 50 trabalhadores, na Trol com a falta de pagamentos, nas empresas de comércio de gás de cozinha de Canoas (RS), pelo não cumprimento do acordo coletivo, na Yoshipe-Maxion, produtora de tratores e máquinas agrícolas, na Indústria Rotativa de Papéis, na Mercedes-Benz e em várias outras fábricas pequenas dos setores metalúrgico e têxteis.

As greves não têm saído dos limites estreitos da própria fábrica. Ao mesmo tempo que ocorrem várias paralisações, movidas pelas mesmas reivindicações, estão todas extremamente fragmentadas. A unidade grevista tão fundamental para quebrar a política patronal tem sido rechaçada pelas direções sindicais. Os sindicatos têm cumprido o papel de administrá-las, ou seja, os meros mediadores entre patrão-empregado. As direções não trabalham pela centralização das lutas. Diante da conduta traidora das direções, as greves têm sido derrotadas porque não conseguem brechar as demissões, nem mesmo obterem conquistas salariais.

O Ministro do Trabalho, Barelli, diante do desemprego assustador apoiou o Programa de Geração de Empregos e Recuperação de Rendas, desenvolvido pela ONU. Foi claro em dizer que não é para os próximos dois anos, ou seja, não é para o governo Itamar. O vendido Barelli se alia às propostas imperialistas de manutenção da superexploração do trabalho. Já é mais do que sabido de que desses organismos (FAO, ONU) não saíra

nada que combata o desemprego, pois são instituições que estão à serviço da aplicação da política neoliberal (fechamento de fábricas, privatizações, arrocho e desemprego) nas nações oprimidas.

A burocracia sindical divide o movimento de resistência e se nega a desenvolver a luta nacional em defesa do salário mínimo real, emprego a todos e contra as privatizações. Ao contrário, contribui para que o governo e a burguesia continuem aplicando a política neoliberal, ou seja, descarrecando o ônus da crise sobre os ombros das massas oprimidas.

Apesar das diversas frações do capital e dos atritos interburgueses em torno das medidas impostas pelo imperialismo, a burguesia age centralizadamente contra as mobilizações dos trabalhadores. Desta forma, a

A permanência do isolamento das greves contribui para a manutenção da superexploração do trabalho. Nesse sentido, as direções sindicais burocratizadas têm servido o patronato e seu governo.

Chamamos a CUT a romper com o governo e organizar imediatamente uma campanha nacional em defesa do salário mínimo real (seis milhões e meio de cruzeiros), reajustes automáticos de acordo com a inflação, reposição de todas as perdas salariais, estabilidade e emprego a todos, contra as privatizações e em defesa do estatismo sob o controle dos trabalhadores. Preparar uma campanha nacional formando os comitês de luta nas fábricas, bairros, escolas e em todos os locais de trabalho. A tarefa central é a greve geral por tempo indeterminado. Derrotar a política antinacional e antipopular através da ação direta das massas oprimidas.

Mais uma do demagogo Ministro Barelli

O Ministro do PT, Walter Barelli, no encontro com trabalhadores, cipeiros e dirigentes sindicais de Osasco demagogicamente defendeu a prisão dos empresários responsáveis pelas mortes em acidentes de trabalho dentro das fábricas. Chegou a falar que está articulando junto ao Ministério da Justiça uma ação para penalizar os donos de fábricas por tais acidentes. Veja a que ponto chega o Sr. Barelli! Alguém acredita que um ministro do governo capitalista irá defender de fato a prisão dos próprios capitalistas? Os acidentes nas fábricas por falta de segurança já mataram milhares de operários. Para o regime de exploração do trabalho isso é o custo que a classe produtiva terá que pagar. No Brasil, o número exorbitante de acidentes de trabalho chegou a 28 milhões nas últimas duas décadas.

Barelli também se esquece que é o responsável pela morte de milhares de trabalhadores ao implantar um salário mínimo de fome (menos de 60 dólares), de compactuar com o desemprego de 9 milhões de pessoas, de contribuir com as altas taxas de inflação e com a venda das estatais.

Chega de demagogia Barelli! Que a CUT e os trabalhadores em geral rompam com o governo e os patrões que matam milhares de operários pelas péssimas condições de trabalho e pelo salário mínimo de fome! Somente através da luta direta e independente os operários poderão quebrar o círculo de ferro da exploração, responsável pelos acidentes.

Organizar os desempregados e os empregados num grande movimento nacional

Santo Amaro já se tornou um bairro histórico do movimento dos desempregados. O largo 13 de Maio é o centro das manifestações de milhares de desempregados. No dia 1 de fevereiro novamente se reuniu mais de 5 mil trabalhadores exigindo a criação de empregos. Foram recebidos pela repressão policial, que acabou prendendo mais de 10 operários. O medo dos saques fez com que os comerciantes fechassem as portas das lojas.

Os desempregados em SP já são mais de 1 milhão e meio. A perspectiva de encontrar trabalho tem sido muito remota, pois as demissões continuam e o fechamento das pequenas fábricas já se tornou uma constante. Só no último ano, a indústria paulista encolheu 6,6%. Por isso, o movimento dos desempregados necessariamente terá que passar pela unidade com os que estão trabalhando. A defesa da redução das horas de trabalho, sem redução do salário (escala móvel das horas de trabalho) tem que ser uma das reivindicações centrais do movimento operário.

Que a CUT organize os desempregados e os empregados em defesa do emprego a todos e pelo salário mínimo real! Por uma jornada nacional de luta contra o desemprego!

Denúncia: Terceirização

Os capitalistas acharam um meio mais cômodo de explorar os trabalhadores. É a chamada terceirização. Isto é, a fábrica contrata serviços de empresas externas para a realização de tarefas que antes eram feitas pelos próprios operários. Para os donos da fábrica, a vantagem está em que pagam menos e não precisam arcar com os custos trabalhistas. Para as empresas de serviços, a vantagem está em que pagam menos aos operários do que recebem dos donos das fábricas. Os capitalistas se entendem, enquanto os trabalhadores aguentam nas costas o salário de fome e longas jornadas de trabalho. Mas ainda tem mais uma vantagem para os dois patrões: dificultou-se aos operários reagirem com greves às arbitrariedades e à superexploração. Para se contratar serviços da terceirização, primeiro o patrão da fábrica demite os operários. E os donos das empresas de mão de obra aproveitam-se do desemprego para contratar trabalhadores que desesperados se sujeitam à escravidão.

Na Toro (Diadema), vem acontecendo justamente essa barbaridade. Está previsto a demis-

são dos operários que serão substituídos pelas agências de serviços. A empresa fez uma pesquisa e constatou que é mais vantajoso contratar serviços do que manter os operários efetivos. Assim, muitos serão desempregados e em seus lugares virão outros recebendo salários menores e submetidos a longas jornadas de trabalho.

O grave dessa situação é a falta de resistência do sindicato e da CUT. Acontece que a direção pelega da CUT está de acordo com essas medidas patronais. Eles acham que isso é modernização da empresa. Por isso, fazem vistas grossas e colaboram com a modernização da escravização do trabalho operário. Estas empresas de terceirização são verdadeiros cativéis, que vem justamente para enfraquecer o movimento operário.

Exigimos que o sindicato e a CUT saiam dessa posição miserável e convoque as assembléias por todas as fábricas, para se fazer um movimento geral contra as demissões, os baixos salários, as longas jornadas de trabalho e o desemprego.

Greve dos Judiciários:

Após o protesto de 24 horas convocado pelo Sindicato que culminou com o Tribunal de Justiça impedindo o acesso dos manifestantes ao Palácio da Justiça, a classe não esperou pacientemente as decisões do governo. A greve por tempo indeterminado foi a única alternativa dos funcionários públicos.

As perdas salariais atingiram o patamar de 580%, como por exemplo o Oficial de Justiça e em outros setores variam de 360% até 138%. Por exemplo, o auxiliar de serviço acumulou 138%, enquanto o escrevente atingiu 220%. Como se vê, os trabalhadores do poder judiciários estão sendo brutalmente arrojados pela política de Fleury.

Apesar da divisão imposta pela presença de dois sindicatos na classe, o Sinjesp e o outro pelego diretamente ligado ao Tribunal de Justiça (Sindicato União dos Servidores do Poder Judiciário), o movimento conseguiu a adesão de boa parte da categoria, que se encontra dispersa em várias cidades do Estado.

A unidade dos grevista judiciários é fundamental para desarmar os burocratas direitistas que impedem a luta por salário. Porém, o movimento não pode permanecer circunscrito aos funcionários judiciários. Há que chamar todo o funcionalismo para um amplo movimento contra Fleury, que arrocha os salários dos professores, funcionários de escolas, servidores da saúde, etc. A greve isolada dificilmente poderá arrancar conquistas. O isolamento favorece ao governo, pois mais facilmente poderá quebrar o ímpeto de luta desse setor. A plenária de base de todo o funcionalismo é o caminho para derrotar a prepotência do Sindicato União, braço direito do governo no interior dos trabalhadores do judiciário.

Metalúrgicos - SP: ELEIÇÕES SINDICAIS

Iniciou-se a corrida eleitoral no sindicato metalúrgico de São Paulo, a serem realizadas em março. Novamente, um grande problema se coloca frente à incapacidade da CUT estruturar uma chapa classista, capaz de derrubar a direitista Força Sindical.

A posição do presidente da CUT Estadual SP, José Lopes Feijó, de que o melhor seria construir um novo sindicato demonstra o aparelhismo da burocracia cutista e sua incapacidade de enfrentar Luiz A. Medeiros com as armas próprias da classe operária. Não será com divisionismo que os metalúrgicos destruirão o poder da Força Sindical.

A divisão na diretoria do sindicato metalúrgico, com a expulsão do vice-presidente, Bira, ligado ao MR8-Quercista, animou uma ala da CUT a constituir uma chapa unitária. Logo vemos a que ponto chegou a ala da oposição cutista. Por esta posição, vemos que não há nenhum traço de classismo e de independência de classe. Trata-se da mais descarada luta aparelhista pelo maior sindicato da América Latina, que por isso maneja uma fábula de dinheiro e tem um peso extraordinário na

política nacional.

O fato é que os metalúrgicos de São Paulo não contam com uma direção revolucionária, ainda que embrionária, para fazer frente ao poderio financeiro e político da burocracia direitista de Medeiros. Para arrebentar a camarilha totalitária do sindicato metalúrgico é necessário um profundo trabalho no interior das fábricas, que permita os operários se chocarem contra a política de Medeiros de apoio aos governos burgueses, aos planos capitalistas e pró-imperialistas de ataque à vida das massas e de controle aparelhista antidemocrático do sindicato.

A falência do M.O.M.S.P., que se corrompeu com os financiamentos externos e que não pôde evoluir para posições opostas ao reformismo petista, deixou um grande vazio nos metalúrgicos. A Convergência Socialista com a política conciliadora e de seguidismo ao MOMSP-CUT pela base e com sua linha estratégica democratizante não pôde ocupar o lugar que lhe cabia com a desintegração dos reformistas. Este é o quadro negro que se apresenta neste momento crucial de disputa pela direção de um

sindicato fundamental para a política nacional de todo o proletariado.

A tarefa que se coloca é a de reconstruir uma verdadeira oposição revolucionária, tanto à direitista Força Sindical quanto aos reformistas impotentes. Trata-se de iniciar o trabalho de organização fabril, tendo por base a luta estratégica contra o sindicalismo de resultados, hoje adotado também pela burocracia cutista. É parte da formação desta oposição revolucionária a construção de células do Partido Operário Revolucionário nas fábricas. Sem se desprender um grande trabalho de construção do partido revolucionário não há como superar o domínio da reação no sindicato. A TPOR chama a vanguarda metalúrgica a discutir esta tarefa e a estabelecer as medidas necessárias para o seu desenvolvimento.

ABAIXO A DIREÇÃO REACIONÁRIA PRÓ-BURGUESA DE MEDEIROS!

NENHUMA CONCILIAÇÃO COM OS QUERCISTAS DO MR8!

POR UMA DIREÇÃO REVOLUCIONÁRIA PARA O MOVIMENTO OPERÁRIO!

O início das aulas: os velhos problemas

Nesse ano milhares de crianças e adolescentes ficaram sem escolas. Os dados de 4 milhões de crianças sem acesso às escolas foram acrescidos com a falta de vagas no ensino público. As filas de pais e alunos, o sorteio do banco escolar, a compra de vagas na rede privada pelo governo e os vestibulinhos para a seleção de alunos são amostras da situação calamitosa da educação pública no Brasil.

Faz parte da política governamental destruir o ensino gratuito, por isso não cria escolas para todos, não oferece as condições mínimas de funcionamento e mantém os trabalhadores em educação no mais profundo arrocho salarial. Essa é a forma de eliminar os gastos com a educação e possibilitar o pagamento da dívida externa. O imperialismo exige do governo nacional os cortes de verbas para a educação. Ao mesmo tempo que reduz o acesso à escola de uma parcela significativa da população, o governo se vê obrigado a utilizar os meios de comunicação para acalmar a família trabalhadora com as propostas mentirosas de "escola para todos, livros em abundância, salários devidamente corrigidos, etc".

Os pais, alunos e professores deverão se unir na defesa da escola pública, gratuita e autônoma para todos. É tarefa central das direções sindicais e do movimento estudantil organizar a luta consequente pela escola pública. Nada de fazer conchavos com o governo entreguista! Somente a mobilização direta poderá desmascarar o governo e conseguir vitórias.

A campanha pelo salário mínimo real por 20 horas de trabalho

No boletim n.1 da Apeoesp a diretoria diz "com este reajuste, agora em janeiro, recuperamos todas as perdas ocorridas no governo Fleury". Os professores nas escolas ficaram assustados diante dessa colocação, pois continuam recebendo um pouco mais que o salário mínimo de fome de 1 milhão e 200 mil cruzeiros. Como houve essa recuperação se no hollerit consta pouco mais de 2 milhões de cruzeiros?

A diretoria parte do pressuposto de que Fleury entrou no governo e iniciamos a contagem do zero. Assim, calcula a inflação do mês e o percentual oferecido pelo governo. Caso empate, não há perdas. Só que, quando Quércia saiu, já deixou de seus quatro anos de governo uma perda de mais de 130%. O governo anterior a Quércia também deixou perdas, o que fez com que o magistério chegasse ao patamar de 1 salário mínimo oficial. Uma afirmação dessa natureza por parte da direção sindical só pode gerar desconfiças na classe. É o que está ocorrendo.

Concretamente o governo não atendeu a reivindicação cen-

tral, ou seja, o piso salarial de acordo com o salário mínimo real por 20 horas de trabalho, que está em torno de 6 milhões e meio de cruzeiro. Longe disso, Fleury oferece 2 milhões e meio. Portanto, muito distante do necessário para manter os trabalhadores em educação. Ainda com o agravante de manter a política dos abonos, prejudicando os aposentados e os professores com mais tempo de serviço. Fleury é contra a escala móvel dos reajustes salariais, isto é, subiu a inflação automaticamente sobre o salário. Aplica o que convém, seguindo os cálculos falaciosos do ICMS.

Os professores deverão se opor à política da diretoria da Apeoesp de isentar Fleury das responsabilidades do sucateamento da escola pública (baixos salários, evasão de professores, etc). Está na hora de preparar a campanha salarial pela recuperação do poder real de compra. Essa recuperação só virá da luta direta do conjunto da classe e não dos acordos com o governo anti-nacional e antipopular.

Greve dos portuários contra projeto dos portos

A greve dos portuários, de 19 de janeiro a 1 de fevereiro, mostrou que existe disposição de luta para enfrentar a entrega dos portos e as prováveis demissões no setor. Apesar de não conseguir impedir a aprovação do projeto, a mobilização nacional dos portuários conseguiu manter provisoriamente algumas conquistas históricas da classe. Mas o isolamento da greve pela CUT (o PT votou favoravelmente ao projeto) impediu que ela pudesse colocar-se

como obstáculo à entrega ao capital privado. E agora, apesar de manter algumas conquistas, o caminho está aberto a futuros ataques patronais aos trabalhadores.

Para se ter idéia da importância da greve, houve forte repressão da polícia, inclusive a tiros contra os grevistas (um trabalhador foi baleado) e o próprio ministro do trabalho interviu para negociar (e acabar com a luta).

É preciso estender a mobilização dos

portuários a nível nacional para outras categorias, em especial as estatais sob ameaça de privatização, defendendo o estatismo e o controle operário, que se choca tanto com o imperialismo quanto com a burguesia nacional. Para isso a CUT deve romper com a linha entreguista e pró-burguesa do PT e chamar uma campanha nacional de luta em defesa do salário e emprego e contra a entrega nacional.

**Por uma campanha nacional de luta
pelo Salário Mínimo Real, fim do desemprego e
contra a entrega nacional**

Vila Socialista: As promessas do governo Fleury e a luta dos sem-teto

Em setembro de 1991, iniciou-se a construção de 544 apartamentos. O objetivo do governo era vendê-los, financiando até 25 anos e com prestações variando de 15% da renda familiar até o patamar de 60%, como acontece em outros conjuntos residenciais. Tal proposta foi rechaçada pelo movimento, porque isto só beneficiaria as empreiteiras e a demagogia eleitoral dos políticos.

Devido ao despejo violento ocorrido na Vila Socialista e o próprio cansaço gerado pela dura luta que foi travada, os ocupantes rejeitaram em assembléia a proposta de ocupação do terreno desapropriado pelo governo. Aqui reside todo o problema, pois só restou controlar a construção e apressá-la.

No último dia 3 de fevereiro, os moradores da Vila Socialista foram em caravana até a Secretaria da Habitação exigir o término das obras, condições de trabalho e salariais dos operários que estão construindo os prédios e melhoria imediata nos alojamentos. Concretamente, nada foi feito, a não ser mais promessas.

Como se vê, o governo não tem nenhuma pressa em resolver o problema. Os sem-teto da Vila Socialista deverão tomar em suas próprias mãos o controle da obra. Somente a mobilização dos moradores poderá se opor à intransigência do governo quanto à forma de pagamento e o tempo de duração da construção. A lição deixada pela ocupação e resistência da Vila Socialista serve de exemplo para nutrir as centenas de famílias que ainda residem nos alojamentos improvisados. A luta pela moradia para os trabalhadores é condição fundamental para que a classe operária não seja mutilada pela marginalização e pelo desemprego crônico.

Viva nossas assembléias! Viva nossa heróica luta pela moradia! Ocupar e resistir devem ser a bandeira de ação dos moradores da Vila Socialista!

Somente a organização independente da burguesia e seu Estado e a luta revolucionária poderão dar a vitória final aos ocupantes da Vila Socialista!

A farsa do inquérito do massacre da Casa de Detenção

O inquérito civil que apurou o massacre dos presos da Casa de Detenção acabou inocentando todos os culpados. Depois da morte de 111 e os ferimentos em mais de 100 detentos pelos policiais a mando do governo Fleury, as responsabilidades foram eliminadas. A primeira providência foi retirar a palavra massacre e substituí-la pelo "abuso de autoridade", porém nada que pudesse comprometer o ex-Secretário de Segurança Pública, Pedro Franco de Campos, mas um simples abuso por parte do diretores do presídio e de oficiais da PM. Diz o relatório: "Nenhum desses oficiais percebeu com clareza as dimensões e consequências da ordem de invasão do pavilhão 9". Como se vê, nada foi apurado. Fleury e seus comparsas saíram mais uma vez ilesos.

Essa é a prova de que pela via das comissões de inquérito parlamentares e pela justiça burguesa nenhuma punição será imposta aos verdadeiros culpados. Lamentavelmente, o PT se calou diante do fato para não atacar diretamente o governo Fleury. Por isso, defendemos os tribunais populares como a via de investigação e punição dos responsáveis. Nada de colocar a investigação nas mãos dos próprios feitores. Que os trabalhadores organizados possam criar os seus verdadeiros tribunais!

Um país em que se aprofundam as desigualdades sociais

Os dados recentes de concentração de riqueza e miséria revelam que 1% dos brasileiros que detinha em 1983 13,5% da renda nacional passou a controlar 16,8%. Em contrapartida, 65 milhões de pessoas vivem na mais profunda miséria, com renda inferior a meio salário mínimo.

A região nordeste possui quase 50% de sua população recebendo um quarto de salário mínimo. O naninismo é a manifestação da desnutrição de uma grande parcela de nordestinos. Essa é a região com um dos maiores índices de analfabetismo, de camponeses pobres e grandes oligarcas.

Os desequilíbrios regionais e sociais fazem parte da economia capitalista atrasada. Um país oprimido pelas potências imperialistas é obrigado, diante da crise mundial do regime capitalista, a quebrar suas forças produtivas (fechar fábricas, arrochar salários, demitir em massa, privatizar os serviços públicos e estatais) para manter o regime capitalista mundial que se desagrega. A superação dos enormes desequilíbrios será conseguida com a revolução proletária. A revolução no Brasil adquirirá o caráter combinado, resolvendo as tarefas democráticas não cumpridas pela burguesia nacional, como a questão da terra e da emancipação nacional, com as de caráter socialista, ou seja expropriação do grande capital. Portanto, não serão as reformas no Estado burguês que eliminarão a fome, miséria e as grandes desigualdades sociais.

A CRISE DO AÇO

A sobretaxa compensatória à importação do aço de 19 países pelo Estados Unidos está sendo encarada como guerra comercial pelos representantes da burguesia internacional. De fato, o protecionismo norte-americano é reflexo da luta comercial acirrada nos últimos tempos pelas potências. A crise de superprodução, a recessão mundial e os desequilíbrios financeiros dos Estados têm motivado o protecionismo e agudizado o jogo dos preços.

A maior potência mundial, os EUA, vem retrocedendo no seu poder econômico, a favor do Japão, Alemanha e França. No Gatt, organismo internacional de acordo de tarifas, o governo norte-americano não tem conseguido impor limites à ofensiva das potências concorrentes, haja vista a crise dos preços agrícolas com o bloco europeu e o choque em torno do grande superávit comercial do Japão. Somente na agricultura, estima-se subsídios de 300 bilhões de dólares praticados pela Europa norte-americana e Japão, quase a produção interna bruta do Brasil em um ano.

A taxaço do aço não atinge apenas as potências, mas também os países semicoloniais, como o Brasil, México, etc. Na verdade, os países capitalistas atrasados são os mais afetados pela guerra comercial imperialista. A estratégia do governo socialdemocrata de Bill Clinton de segurança econômica dos EUA, no quadro de desintegração mundial, segue a linha protecionista dos republicanos, com a diferença de radicalizá-la. O próprio México, que vem sendo engolido pelas concessões pró-imperialistas de Salinas, foi duramente atingido pela sobretaxa do aço.

A medida objetiva exigir de cada exportador concessões. Em relação ao Brasil, está em jogo acelerar a privatização, escancarar o mercado e regulamentar o direito à patente; ao Japão reduzir o superávit comercial; à Europa favorecer a agricultura da América do Norte; à China impor mudanças pró-capitalistas mais profundas, etc.

O imperialismo norte americano ataca em todas as frentes, dos parceiros potentes às semicolônias. É um sintoma da agudização da guerra comercial e da desintegração da economia mundial. Enquanto as burguesias se degladiam na luta pelo mercado, as massas sofrem com a bancarrota. Particularmente, os países semicoloniais são arrastados pelos campos de conflitos imperialistas.

A falácia do livre mercado se desmascara e o protecionismo imperialista se mostra reacionário, aumentando a recessão e a miséria nos países semicoloniais. A luta antiimperialista e anticapitalista é a condição para o proletariado se organizar internacionalmente contra a opressão nacional e social.

BOLÍVIA: PARA QUÊ UM PT?

O jornal Massas do POR boliviano informa que Lula irá à Bolívia com o propósito de impulsionar a formação de um PT. Trata-se de uma má notícia para a classe operária internacional. O líder do PT brasileiro é um exemplo de corrupção política. O caudilho das greves metalúrgicas do ABCD se tornou porta-voz da socialdemocracia internacional e joguete das forças burguesas, voltadas a impedir que o proletariado se organize independente e se potencie para a revolução.

Mais do que nunca, a estratégia do governo democrático e popular e a tática de alianças com os setores da burguesia tem colocado o PT como pivô de colaboração de classe e sustentáculo do regime político em crise. O efeito da política reformista e do exitismo eleitoral sobre as esquerdas autoentitulada marxista tem sido devastador. Fato este utilizado para desviar a vanguarda da construção do partido revolucionário.

O proletariado boliviano há que rechaçar a meta petista de aglutinar o estalinismo e a burocracia sindical em bancarrota em torno de um PT. A tarefa é de fortalecer o POR, testado no programa e na prática.

NA BOLÍVIA É VIÁVEL UM PT?

Guillermo Lora

Ultimamente, fala-se da idéia de pôr em pé um Partido dos Trabalhadores, semelhante ao existente no Brasil. Os posadistas - caricatura do marxismo e do trotsquismo - disseram em algum momento sobre o partido baseado nos sindicatos.

É sugestivo que os reformistas e estalinistas se inspirem no PT do Brasil, que tem uma orientação pró-burguesa, muito influenciada pelo estalinismo e que expulsa toda tendência revolucionária e virtualmente a impede de atuar.

Em determinadas condições - que não são as da Bolívia - pode se pôr em pé um partido baseado nos sindicatos, no caminho da construção do partido revolucionário.

Tal experimento não é viável na Bolívia, porque se tem o partido-programa da classe operária e que se projeta a converter-se na direção política da nação oprimida pelo imperialismo. Esse partido - o POR - tem conseguido o avanço da consciência de classe, tem modificado a história do país e goza de grande prestígio no seio das massas, por sua honestidade a toda prova, sua persistência em sua linha revolucionária, por sua capacidade na luta demonstrada em numerosas oportunidades.

Um PT - ainda que se organizasse na projeção de preparar o partido revolucionário - não teria futuro algum. O reformismo revisionista está totalmente esgotado, porque não tem já possibilidades de oferecer uma linha política coerente aos explorados. Trata-se de uma consequência do fato de que a Bolívia já vive sua experiência capitalista no marco do atraso concretizado na economia combinada, de que, nessa etapa de desintegração do imperialismo, não existem já possibilidades para o desenvolvimento pleno e independente do capitalismo.

A tarefa revolucionária não consiste em apresentar artificialmente um PT, cujo programa em nenhum caso será o que corresponde à necessidade histórica da revolução proletária, mas sim fortalecer o POR, cujos enunciados programáticos tem sido confirmados pela história.

Estamos vivendo já o período da revolução e não temos tempo para a estruturação de um novo programa político e de uma outra organização partidária. Não há tempo para isto e todo retrocesso no processo de mobilização revolucionária será fatal para os explorados e oprimidos.

CHEGOU A HORA

13 e 14 DE MARÇO

Local: Escola Técnica
Federal do Ceará
Faça o contato conosco
Av. Tristão Gonçalves, 358
Fone: 221.2166

Moradores(as) dos bairros, comunidades e favelas de Fortaleza.

A União das Comunidades completa na sua jornada de luta 15 anos de vida e luta como instrumento de libertação a serviço do povo Cearense.

Num período crítico da Ditadura Militar, Nova República, Collor e Companhia Limitada, abalamos os "Donos das Terras" e seus Governos, conseguimos através da organização do poder de mobilização e determinação, grandes vitórias: na Favela José Bastos o povo resistiu e conquistou frente de serviços, Escolas para todos, Jornada de Luta contra a Fome, não a cooptação pelos Governantes, União e ampliação da luta e agora moradia para todos.

A hora é essa de enfrentarmos todos os desafios, no plebiscito de 21 de Abril - nosso projeto é Democracia Direta - todo poder ao povo. Mais também garantir a vida da espécie humana e não destruição do planeta.

Você está sendo convocado para somarmos força na luta pela Moradia para todos, Direito de trabalhar, Saúde, Escola gratuita e de boa qualidade, segurança nas comunidades, Cestão de alimentos para o povo carente, tudo isto faz parte na construção da luta e fazendo a luta do povo na construção do III Congresso da União das Comunidades.

Quem sofre e tem esperança na luta não pode ficar de fora do Congresso da União das Comunidades.

UNIÃO DAS COMUNIDADES DA GRANDE FORTALEZA

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO

SEM FRONTEIRAS LIVRARIA E PAPELARIA LTDA



REGINA CÉLIA ZANETTI, brasileira, solteira, maior, professora, RG nº 737217-84 SSP/CE e CPF nº 203.565.363-00, residente e domiciliada nesta Capital, à rua Rio Solimões, 111 Vila Nazaré 009, Jardim Iracema; ROSA MARIA FERREIRA DA FONSECA, brasileira, solteira, maior, professora, RG nº 90002132473 SSP/CE e CPF nº 051.330.253-00, residente e domiciliada nesta Capital à rua Martinho Rodrigues, 235 Fátima, e SILVIO PAULO DA COSTA ARAÚJO ROCHA FURTADO, brasileiro, divorciado, maior, médico, RG nº 332262 SPSP/CE e CPF nº 566.982.327-34, residente e domiciliado nesta Capital à rua Padre Luis Filgueiras 631, Aldeota, resolvem de comum acordo constituir uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

1ª CLÁUSULA: A sociedade girará sob a denominação social de "SEM FRONTEIRAS LIVRARIA E PAPELARIA LTDA", e terá sede social estabelecida à Av. Tristão Gonçalves 358 Centro, Fortaleza-Ce, ficando desde já, eleito o foro desta comarca para qualquer ação fundada no presente contrato.

2ª CLÁUSULA: A Sociedade não tem filiais, podendo entretanto instalar a qualquer tempo, dependendo do desenvolvimento da mesma.

3ª CLÁUSULA: O início das atividades será a partir de 21(vinte e um) de janeiro de 1991(mil novecentos e noventa e um), e o prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

4ª CLÁUSULA: A sociedade terá por objetivo, a venda de material didático, papéis em geral, material de limpeza e revistas.

5ª CLÁUSULA: O Capital Social será de Cr\$ 200.000,00(duzentos mil cruzeiros) dividido em 100(cem)quotas de Cr\$ 2.000,00(dois mil cruzeiros)cada, concorrendo a sócia REGINA CÉLIA ZANETTI com 98(noventa e oito)quotas de Cr\$ 2.000,00(dois mil cruzeiros)cada; a sócia ROSA MARIA FERREIRA DA FONSECA com 01(uma)quota de Cr\$ 2.000,00(dois mil cruzeiros) e o sócio SILVIO PAULO DA COSTA ARAÚJO ROCHA FURTADO com 01(uma)quota de Cr\$ 2.000,00(dois mil cruzeiros), os quais integralizam neste ato em moeda corrente do país, apresentando o capital a seguinte distribuição:

REGINA CELIA ZANETTI	98%	Cr\$ 196.000,00
ROSA MARIA FERREIRA DA FONSECA	1%	Cr\$ 2.000,00
SILVIO PAULO DA C. A. R. FURTADO	1%	Cr\$ 2.000,00
TOTAL.....	100%	200.000,00

RD
S
W



A responsabilidade dos sócios é na forma da lei limitada ao total do capital social.

6ª CLÁUSULA: A administração e gerência da sociedade será exercida exclusivamente pela sócia REGINA CÉLIA ZANETTI, única na qualidade de sócia-gerente, com poderes para representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo e fora dele, quando se tratar de assuntos administrativos, bem como perante autoridades públicas de administração direta e indireta dos governos Federal, Estadual e Municipal, assinar documentos, contratos, títulos de crédito, emitir e endossar cheques, movimentar contas bancárias, exercendo poderes normais de gerência.

7ª CLÁUSULA: A título de prolabore, somente a sócia REGINA CÉLIA ZANETTI terá direito a fazer retiradas, a ser fixada de comum acordo com os demais sócios e respeitados os limites estabelecidos pela legislação do Imposto de Renda.

8ª CLÁUSULA: O Balanço Geral da Sociedade será realizado à 31(trinta e um de dezembro de cada ano e os lucros ou prejuízos que se verificarem serão partilhados ou suportados pelos sócios na proporção de suas quotas de capital ou de maneira a ser fixada de comum acordo entre eles.

9ª CLÁUSULA: A nenhum sócio será permitido vender, transferir suas quotas de capital à estranhos a sociedade sem a prévia concordância dos demais sócios.

10ª CLÁUSULA: Em caso de falecimento, interdição, ou incapacidade de qualquer um dos sócios, a sociedade se dissolverá, devendo o(s) sócio(s) remanescente(s), proceder a um balanço extraordinário no prazo de 90(noventa)dias da data do evento, sendo os haveres apurados, divididos entre os sócio(s) remanescente(s) e os herdeiros do(s) sócio(s) morto ou inábil na proporção de suas quotas de capital, no prazo de 180(cento e oitenta)dias do Balanço e em parcelas a serem estabelecidas pelo(s) sócio(s) remanescente(s).

11ª CLÁUSULA: Os casos omissos serão resolvidos na forma da legislação em vigor.

12ª CLÁUSULA: Declaram finalmente os sócios não estarem incursos em nenhum delito ou pena previsto em lei que os impeçam de exercer atividades mercantis.

R
S
M

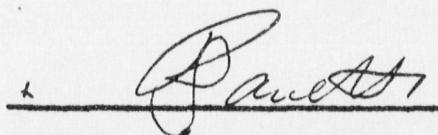


E por assim estarem justos e contratados, assinam este contrato em três vias de igual teor e forma.

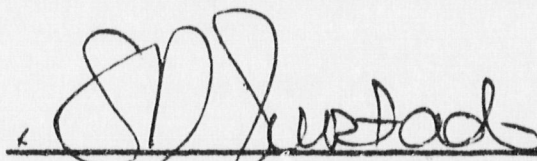
Fortaleza, 10 de janeiro de 1.991



ROSA MARIA FERREIRA DA FONSECA

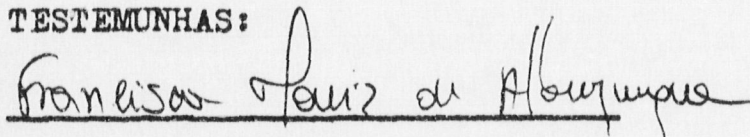


REGINA CELIA ZANETTI



SILVIO PAULO DA COSTA ARAUJO RO
CHA FURTADO

TESTEMUNHAS:



FRANCISCA MARIA DE ALBUQUERQUE



LIANA MÂRCIA COSTA VIEIRA

SEM FRONTEIRAS LIVRARIA E PAPELARIA LTDA

1º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL

REGINA CÉLIA ZANETTI, brasileira, solteira, maior, professora, RG nº 737217-84 SSP-CE e CPF nº 203 565 363 00, residente e domiciliada nesta capital; ROSA MARIA FERREIRA DA FONSECA, brasileira, solteira, maior, professora, RG nº 900021324-73 SSP-CE e CPF nº 051 330 253 00, residente e domiciliada nesta capital; e SILVIO PAULO DA COSTA ARAÚJO ROCHA FURTADO, brasileiro, divorciado, maior, médico, RG nº 332262, SPSP-CE e CPF nº 566 982 327-34, residente e domiciliado nesta capital, únicos componentes da sociedade por quotas de responsabilidade limitada que gira na praça sob denominação de 'SEM FRONTEIRAS LIVRARIA E PAPELARIA LTDA' com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Ceará sob NIRC nº 232 004 873 52, por despacho em 21.01.91, resolvem de comum acordo alterar o contrato social de constituição e o fazem dentro dos termos expressos nas seguintes cláusulas:

1ª Cláusula: Retiram-se da sociedade ROSA MARIA FERREIRA DA FONSECA e SILVIO PAULO DA COSTA ARAÚJO ROCHA FURTADO, ambos possuidores de uma quota de Cr\$ 2.000,00 (Dois mil cruzeiros), inteiramente integralizadas, cedem e transferem respectivamente aos sócios CLÁUDIA MARIA SANTOS DA SILVA e MARIA AURISTELA DE LIMA. CLÁUDIA MARIA SANTOS DA SILVA recebeu uma quota no valor de Cr\$ 2.000,00 de ROSA MARIA FERREIRA DA FONSECA, e esta recebeu essa importância em dinheiro. MARIA AURISTELA DE LIMA adquiriu uma quota no valor de Cr\$ 2.000,00 de SILVIO PAULO DA COSTA ARAÚJO ROCHA FURTADO, e este recebeu a importância acima em dinheiro. A nova distribuição do capital fica assim discriminada:

REGINA CÉLIA ZANETTI	98%		Cr\$ 196.000,00
CLÁUDIA MARIA SANTOS DA SILVA ..	1%		Cr\$ 2.000,00
MARIA AURISTELA DE LIMA	1%		Cr\$ 2.000,00

Os sócios ora demitidos declaram-se inteiramente pagos e satisfeitos de todos os seus haveres, nada tendo a reclamar, dando à sociedade a mais ampla e geral quitação.

2ª Cláusula: Ingressam na sociedade CLÁUDIA MARIA SANTOS DA SILVA ,



brasileira, solteira, maior, contadora, RG nº 27338-80 SSP-CE e CPF nº 384 562 733 68, residente e domiciliada nesta capital, e MARIA AURISTELA DE LIMA, brasileira, maior, solteira, assistente social, RG nº 79634 7 - 2ª via, SSP-CE e CPF nº 223 936 253-72, residente e domiciliada nesta capital.

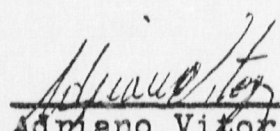
3ª Cláusula: Os novos sócios declaram não estarem incursos em nenhum crime previsto em lei que os impeçam de exercerem atividades mercantis.

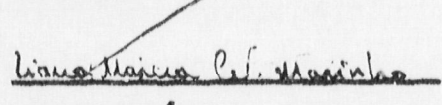
4ª Cláusula: Permanecerão em pleno vigor as demais cláusulas do Contrato Constitutivo, não alteradas pelo presente instrumento.

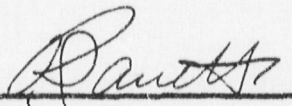
E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento de Aditivo ao Contrato Social em 03 (Três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (Duas) testemunhas adiante assinantes, para que produza seus efeitos legais.

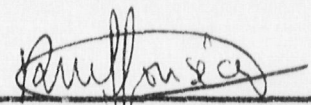
Fortaleza, 06 de maio de 1991

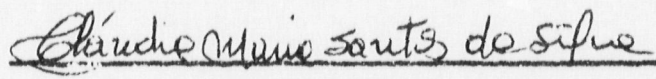
Testemunhas:

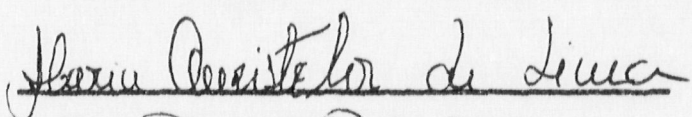

Adriano Vitor Costa
Vieira

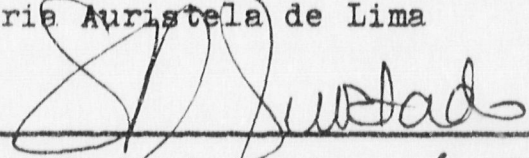

Liana Márcia Costa Vi
eira Marinho


Regina Célia Zanetti


Rosa Maria Ferreira da Fonseca


Cláudia Maria Santos da Silva


Maria Auristela de Lima


Silvio Paulo da Costa Araújo Rocha
Furtado

F

I

M